

Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC  
Centro Sócio Econômico  
Departamento de Ciências Econômicas

VIRGÍNIA HELENA CEZÁRIO

Agentes externos atuando na restrição de novos empreendimentos:  
O projeto de instalação do centro de triagem prisional no município de São  
Pedro de Alcântara.

Florianópolis, 2009

**VIRGÍNIA HELENA CEZÁRIO**

Agentes externos atuando na restrição de novos empreendimentos:  
O caso da instalação do centro de triagem prisional no município de São Pedro  
de Alcântara.

Monografia submetida ao curso de Ciências  
Econômicas da Universidade Federal de  
Santa Catarina, como requisito obrigatório  
para a obtenção do grau de Bacharelado.

**Orientador (a):**




**Florianópolis, 2009.**

Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC  
Centro Sócio Econômico  
Departamento de Ciências Econômicas

A monografia Agentes externos atuando na restrição de novos empreendimentos: O projeto de instalação do centro de triagem prisional no município de São Pedro de Alcântara, elaborada por Virgínia Helena Cezário e apresentada à Universidade Federal de Santa Catarina como requisito obrigatório para obtenção do grau de Bacharelado, foi aprovada em 03 de junho de 2009 com nota 9,0.

BANCA EXAMINADORA:



Prof<sup>o</sup> Francisco Gelinski Neto  
Orientador



Prof<sup>o</sup> Armando de Melo Lisboa  
Membro



Prof<sup>o</sup> Luiz Carlos de Carvalho Júnior  
Membro

*À minha mãe por ser sempre meu porto seguro, meu maior e melhor exemplo.*

*À minha irmã por seu amor e amizade.*

## AGRADECIMENTOS

*Ao Professor Francisco Gelinski Neto, por sua forte contribuição e orientação na construção deste trabalho.*

*À todos os professores do Curso de Ciências Econômicas.*

*Ao Departamento de Ciências Econômicas.*

*À Universidade Federal de Santa Catarina, por ser uma instituição que contribui muito na formação das pessoas.*

*Aos meus pais Maria Gorete Cezário e José Cezário, por dedicarem muito esforço para que eu pudesse chegar até aqui.*

*Aos meus irmãos Cassiano e Ingrid, por serem os melhores irmãos sempre.*

*Ao meu namorado Daniel, por me apoiar sempre.*

*À Dora, por ser uma grande amiga.*

*À minha primeira professora primária, Dona Nilza.*

*A todas as pessoas que foram entrevistadas durante a realização deste trabalho, e que mostraram-se tão acessíveis.*

## RESUMO

CEZÁRIO, Virgínia Helena. **Agentes externos atuando na restrição de novos empreendimentos:** O projeto de instalação do centro de triagem prisional no município de São Pedro de Alcântara. 2009. 70 fls. Monografia (Graduação em Ciências Econômicas) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, Brasil.

Esta monografia tem o intuito de demonstrar como o ambiente externo e os elementos que compõem este ambiente, podem influenciar um empreendimento. O empreendimento em questão é o Centro de Triagem Prisional, uma obra do Governo do Estado de Santa Catarina. Os elementos que compõem o ambiente externo de um empreendimento também são chamados *stakeholders*. O trabalho propõe demonstrar como os *stakeholders* deste ambiente pressionaram o empreendedor, a ponto do projeto não ser realizado. Através de uma revisão bibliográfica breve, procurou-se demonstrar a importância de analisar o ambiente externo e os elementos que nele estão inseridos. Num segundo momento foi verificado, através de entrevistas, os motivos pelos quais cada *stakeholder* se mostrou contrário ao empreendimento. Por último buscou-se conhecer a visão do empreendedor, e se esta reação negativa por parte do ambiente externo estava prevista. Os resultados obtidos demonstram que, neste caso, os *stakeholders* conseguiram impedir o projeto e que o empreendedor não conseguiu contornar a situação.

Palavras-chave: Ambiente Externo, *Stakeholder*.

## SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	8
1.1 INTRODUÇÃO.....	8
1.2 PROBLEMÁTICA.....	9
1.3 OBJETIVO.....	10
1.3.1 <i>Objetivo Geral</i> .....	10
1.3.2 <i>Objetivos Específicos</i> .....	10
1.4 METODOLOGIA.....	11
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	12
2.1 AMBIENTE EXTERNO E <i>STAKEHOLDERS</i> .....	12
2.1.1 <i>Elementos do Ambiente de Ação Direta</i> .....	16
2.1.2 <i>Elementos do Ambiente de Ação Indireta</i> .....	17
3 SEGURANÇA PÚBLICA E CRIMINALIDADE NO BRASIL.....	20
3.1 CRIMINALIDADE.....	20
3.2 SEGURANÇA PÚBLICA.....	21
3.3 A QUESTÃO DOS PRESÍDIOS.....	22
3.4 DADOS BRASILEIROS.....	24
4 SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA.....	31
4.1 SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA.....	31
4.2 PERFIL DO MUNICÍPIO.....	34
4.3 PRESÍDIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA.....	35
4.4 CENTRO DE TRIAGEM EM SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA.....	35
5 ARGUMENTOS ANTAGÔNICOS E FAVORÁVEIS AO PROJETO.....	36
5.1 OS ARGUMENTOS ANTAGÔNICOS AO PROJETO.....	36
5.1.1 <i>Análise Urbanística</i> .....	36
5.1.2 <i>Análise Técnica dos Projetos</i> .....	38
5.1.3 <i>Considerações Finais do Parecer Técnico</i> .....	39
5.1.4 <i>Negativa de Alvará de Construção</i> .....	39
5.1.5 <i>Análise das Entrevistas</i> .....	42
5.2 O OUTRO LADO DA QUESTÃO.....	48
6 CONCLUSÃO.....	50
6.1 CONCLUSÕES.....	50
7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	54
ANEXOS.....	58

## INDICE DE FIGURAS

Figura 1 – O ambiente Externo de uma Organização.....	14
Figura 2 – Influência do relacionamento <i>stakeholder</i> - organização.....	16
Figura 3 – Elementos de Ação Direta e Indireta de uma organização.....	19
Figura 4 – População prisional da Região Sul.....	25
Figura 5 – População prisional da Região Nordeste.....	26
Figura 6 – População prisional da Região Sudeste.....	27
Figura 7 – População prisional da Região Norte.....	28
Figura 8 – População prisional da Região Centro-Oeste.....	29
Figura 9 – Mapa da Localização do município no estado de Santa Catarina.....	31
Figura 10 – Localização Regional do Município.....	34
Figura 11 – Aspectos negativos do presídio.....	42
Figura 12 – Aspectos positivos do presídio.....	44
Figura 13 – Fatores que levaram a rejeição do empreendimento.....	45
Figura 14 – Aspectos positivos que o empreendimento proporcionaria.....	46
Figura 15 – Aspectos negativos que o empreendimento proporcionaria.....	47



## LISTA DE ANEXOS

Anexo 1- Planta de Implantação .....	59
Anexo 2- Planta Baixa – Pavimento Térreo.....	61
Anexo 3- Planta Baixa – Pavimento Superior.....	63
Anexo 4- Planta Baixa – Cobertura.....	65
Anexo 5- Corte Lateral.....	67
Anexo 6- Localização de Presídio de Segurança Máxima de São Pedro de Alcântara....	69

# 1 INTRODUÇÃO

## 1.1 Introdução

O município de São Pedro de Alcântara fica localizado a 31 km de Florianópolis e é a primeira colônia alemã de Santa Catarina. Com uma população de aproximadamente 3600 habitantes, a pequena cidade viveu em 2003 uma situação inusitada ao ser instalado em seus domínios um presídio de segurança máxima, com capacidade para 1500 presos. No ano de 2007 um novo projeto foi anunciado para a cidade. A construção de um Centro de Triagem Prisional, o popular “Cadeião”.

A reação de repulsa foi imediata da parte da população. Protestos, passeatas e abaixo-assinados, com cobertura da mídia escrita e televisiva, provocaram grande repercussão sobre o caso. A Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara negou o pedido de alvará de construção alegando não cumprimento de leis federais, estaduais e municipais, não cumprimento de requisitos técnicos para concessão de alvará e soberania do povo alcantarense que não quer o empreendimento em suas terras.

Recentemente, em 2008, foi anunciado pela Secretaria de Segurança Pública do Estado de Santa Catarina que o empreendimento seria transferido de local, não sendo divulgado oficialmente qual cidade irá receber o projeto.

O sistema prisional do Brasil é um problema sério e de alta relevância. A totalidade da população quer ter segurança, quer ver as pessoas que cometeram delitos encarceradas, para assim terem paz e sossego em suas casas. O atual sistema carcerário nacional está abarrotado de presos, facilitando a ocorrência criminal dentro das próprias instalações. Aqui consiste o problema: a construção de novos centros prisionais é imprescindível para que a questão seja resolvida, mas onde construir esses centros? O fato de construir presídios perto de áreas residenciais gera grande resistência da população local. O ente governamental responsável pelo empreendimento geralmente promove melhorias a comunidade, para amenizar o impacto gerado. Esse impacto pode ser dividido em vários aspectos, destacando-se três: ambiental, econômico e social. Analisaremos neste trabalho todos esses aspectos.

No caso de São Pedro de Alcântara, os impactos gerados pelo primeiro empreendimento podem explicar as manifestações contrárias à construção do segundo. Trata-se então de verificar os motivos ambientais, econômicos e sociais, que causaram essa repulsa da população. Repulsa capaz de restringir um empreendimento do governo estadual.

## 1.2 Problemática

O problema com a segurança pública no Brasil, especificamente a questão da precariedade dos presídios e a superlotação, é um tema muito debatido atualmente. Rebeliões, fugas e assassinatos, causam temor em grande parte da população. Para traçarmos um panorama da real situação dos presídios brasileiros seria necessário realizar um censo penitenciário de acordo com os padrões do IBGE. Como isto não é realizado atualmente, a maioria dos dados disponíveis sobre o tema são retirados do site do Ministério da Justiça. O último estudo divulgado pelo Departamento Penitenciário Nacional do Ministério da Justiça é de 2006, e revela dados consolidados sobre todos os estados.

Dados como a taxa de presos por 100 mil habitantes revelam que o Brasil vem progressivamente encarcerando maior parcela da população. No ano de 1995, a taxa era de 95,5 presos por 100 mil habitantes, já em 1997 esta taxa atingiu 127,7 por 100 mil habitantes. Ainda em relação a essas taxas os dados revelam que entre os estados brasileiros com maior população está São Paulo, Rio de Janeiro e o Rio Grande do Sul.

O estado de Santa Catarina, apesar de não estar entre os mais populosos neste quesito, também tem seus problemas relacionados a superlotação nos presídios. O governo estadual trabalha no sentido de resolver o problema, ou pelo menos amenizar a situação com a construção de novos empreendimentos prisionais. Um dos projetos anunciados pela atual gestão governamental é referente a construção de um Centro de Triagem Prisional, destinado a presos que aguardam julgamento e posterior transferência para presídios. O atual Centro de Triagem fica situado no município de Florianópolis no bairro Estreito, e a construção do novo empreendimento estava programada para ocorrer no município de São Pedro de Alcântara. As instalações situadas na capital, segundo a Secretaria de Segurança

Pública do estado, não suportam mais a quantidade de presos que se encontram hoje encarcerados, além de estar numa região geograficamente muito urbanizada. Daí a necessidade de uma nova construção destinada a estes fins.

Surge então a solução para um problema de natureza macro, construir e transferir o Cadeião para um outro lugar, neste caso São Pedro de Alcântara. E aparece aqui um outro problema, de natureza micro, a revolta da população deste município em receber novamente um projeto deste cunho (em 2003 já foi instalado no local um Presídio de Segurança Máxima com capacidade para 1500 presos).

A região em volta de um empreendimento deste tipo geralmente sofre desvalorizações e impactos no ambiente, e as pessoas que moram perto passam a viver tensas e apreensivas. A população local se mostrou totalmente contra a construção e a Prefeitura Municipal não concedeu seu alvará de construção.

Neste contexto é que se insere o objetivo desta pesquisa. Analisar os impactos externos ao projeto que causaram sua interrupção.

### 1.3 Objetivo

#### 1.3.1 Objetivo Geral

Estudar a ação dos agentes externos (*stakeholders*) que interferiram na execução do projeto de implementação de um Centro de Triagem Prisional no município de São Pedro de Alcântara.

#### 1.3.2 Objetivos Específicos

- a) Identificar os agentes externos (*stakeholders*) que interferiram no projeto;
- b) Descrever a atuação dos agentes externos (*stakeholders*);
- c) Levantar os argumentos contrários e se existentes os favoráveis ao empreendimento;

- d) Verificar o grau de interferência do presídio já existente na ação dos *stakeholders*.

#### 1.4 Metodologia

Utilizou-se de referencial teórico sobre análise do ambiente externo ao projeto e ações de *stakeholders*. Quanto a estes elementos do ambiente de ação direta sobre o empreendimento centra-se o estudo, ou enfatiza-se, a ação do governo, grupos de interesses especiais e a mídia.

Verificou-se dentro do ambiente externo, os impactos ambientais, econômicos e sociais. Para esta análise estudou-se os elementos do ambiente de ação direta e indireta que afetam um empreendimento, relacionando-os com o caso de São Pedro de Alcântara.

Basicamente é feita uma análise qualitativa, avaliando-se entrevistas, bem como literatura acerca do tema em questão “Construção do Centro de Triagem da Polícia Civil”. Foram realizadas entrevistas para levantamento de dados. O objetivo das entrevistas foi o de identificar os motivos que levaram a população a rejeitar o empreendimento proposto pelo governo estadual.

As entrevistas foram realizadas em tom de conversas informais, onde houve uma breve introdução sobre o tema, seguido de algumas perguntas sobre o empreendimento. Os entrevistados foram as Lideranças Locais, o Prefeito Municipal Sr. Ernei José Stahelin, alguns empresários do município, bem como algumas pessoas que residem perto do imóvel onde ocorreria a construção do empreendimento.

## 2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

### 2.1 Ambiente Externo e *Stakeholders*

O ambiente em que está ou estará inserido um empreendimento é de alta relevância, uma vez que nele estão contidos os agentes que podem afetá-lo. Atualmente o ambiente externo passa por mudanças contínuas e rápidas, com efeitos de longo alcance sobre as organizações e suas estratégias administrativas. Fatores como os estilos de vida dos consumidores, a demografia e os regulamentos governamentais estão em mudanças constantes e isto pode afetar um empreendimento. Os administradores sofrem uma pressão contínua e crescente para prever e responder a essa quantidade de forças externas que podem influenciar as empresas.(STONER ; FREEMAN,1999)

Segundo estes autores o ambiente externo pode ser definido como todos os elementos que, atuando fora de uma organização, são relevantes para as suas operações; Os elementos podem ser de ação direta e de ação indireta. Os elementos de ação direta podem ser definidos como aqueles que influenciam diretamente as atividades de uma organização. Já os elementos de ação indireta, como a tecnologia, a economia e a política de uma sociedade afetam o clima em que uma organização atua e têm o potencial de tornarem-se elementos de ação direta, mas não afetam diretamente a organização.

Numa abordagem sobre os fatores críticos de sucesso é mencionada a análise ambiental , ou análise do ambiente em que o empreendimento está ou estará inserido. Se trata de uma análise ampla e engloba uma variedade de abordagens que permite identificar as forças econômicas, políticas e sociais que estão impactando ou irão impactar o desempenho do segmento industrial ou da empresa. Por tratar-se de uma análise em nível macro, nem sempre seus resultados permitem uma boa ligação das forças ambientais com os fatores e variáveis críticas que determinam o sucesso da empresa. Esta análise pode ser especialmente útil para empresas cuja sobrevivência dependa do ambiente externo.(STOLLENWERK, 2001)

Ainda segundo este autor, um estudo baseado no modelo de Porter, das cinco forças competitivas, a saber: ameaça de novos entrantes; ameaça de produtos substitutos;

intensidade da competição ou padrão de concorrência; poder de barganha dos clientes e o poder de barganha dos fornecedores; nos fornecem quantidade considerável de dados e informações, a partir do qual é proposto quatro dimensões de monitoração das questões do ramo de negócio e do macroambiente. São elas: concorrencial, comercial, tecnológicas e do macroambiente. Ressaltamos aqui a do macroambiente que monitora e analisa aspectos sociais, legais, políticos, culturais e de meio ambiente que impactam diretamente o ramo do negócio. A análise é realizada através de um estudo dos seguintes itens: a legislação que impacta o ramo do negócio; a legislação de meio ambiente e os movimentos de preservação ambiental dos grupos de ambientalistas; a cultura e as mudanças nos hábitos, nos gostos e nas preferências; a situação política da região e o mapeamento das forças hegemônicas. (STOLLENWERK, 2001)

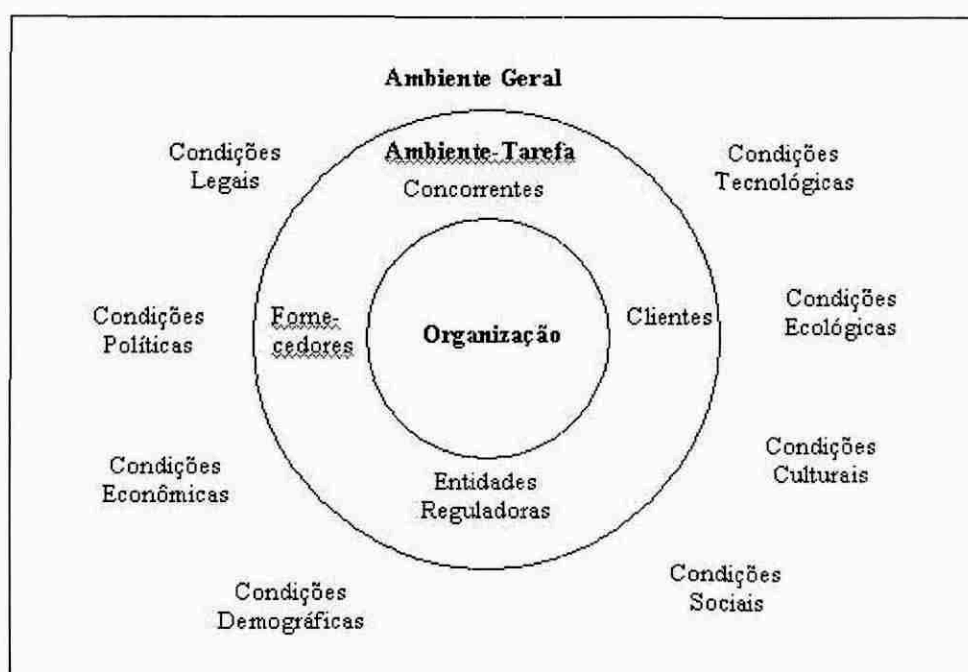
Para Moresi (2001), em uma organização, seus elementos básicos tem permanecido constantes ao longo do tempo: organizações tem objetivos, atraem participantes, alocam recursos para atingir esses objetivos e contam com membros para dirigi-las. Mas, apesar desses elementos permanecerem constantes, sua estrutura, modos de produção de bens e serviços e métodos para coordenar atividades têm variado bastante. Essas variações refletem uma adaptação da organização ao seu ambiente, ou seja, elas são sistemas abertos que são influenciadas e influenciam seu ambiente.

O autor citado anteriormente define o ambiente externo como o contexto dentro do qual uma organização está inserida. A organização deve ser vista como um sistema aberto, já que mantém relações com seu ambiente externo. Isto a torna suscetível a influência de tudo que ocorre externamente a ela, provocando possíveis mudanças internas na organização. Como o ambiente é vasto e complexo, ele pode ser analisado em dois segmentos: o ambiente geral e o ambiente tarefa. O primeiro pode ser definido como o macroambiente, o qual é genérico e comum a todas as organizações, podendo assim afetá-las, direta ou indiretamente. Ele é constituído de condições semelhantes a todas as organizações, forma um campo dinâmico de forças que interagem entre si e apresenta um efeito sistêmico. As principais condições são as tecnológicas, legais, políticas, econômicas, demográficas, ecológicas, sociais e culturais. Já o ambiente tarefa é aquele mais próximo de cada organização, o segmento do ambiente geral do qual uma determinada organização extrai as suas entradas e deposita as suas saídas, e é o ambiente de operações de cada

organização. É composto por fornecedores, clientes, concorrentes e entidades reguladoras (órgãos governamentais, sindicatos, e associações de classe). (MORESI, 2001)

A figura a seguir apresenta um diagrama desse ambientes.

**Figura 1 – O Ambiente Externo de uma Organização**



Fonte: MORESI, 2001

Portanto, o ambiente externo compreende vários fatores, muitos deles não sendo controláveis pela organização. O administrador deve estar preparado para agir de forma a auxiliar as organizações a competir com eficácia e assim manter-se ativa no mercado. (MORESI, 2001)

Todo projeto, ou empreendimento, para atingir seus objetivos, deve levar em consideração os interessados, que podem ser grupos ou indivíduos com os mais diferentes interesses e opiniões. Os interessados são as pessoas que estão envolvidas no projeto e aquelas que podem, ou se consideram afetadas por ele. Alguns exemplos desses grupos podem ser citados: grupos de comunidade local; patrocinadores; funcionários; sindicatos;



alianças políticas; vizinhos; organizações internas; ambientalistas; proprietárias; entidades previdenciárias; governos; avalistas; gerentes; empreiteiros; financiadores; entre outros. (KEELING; 2002)

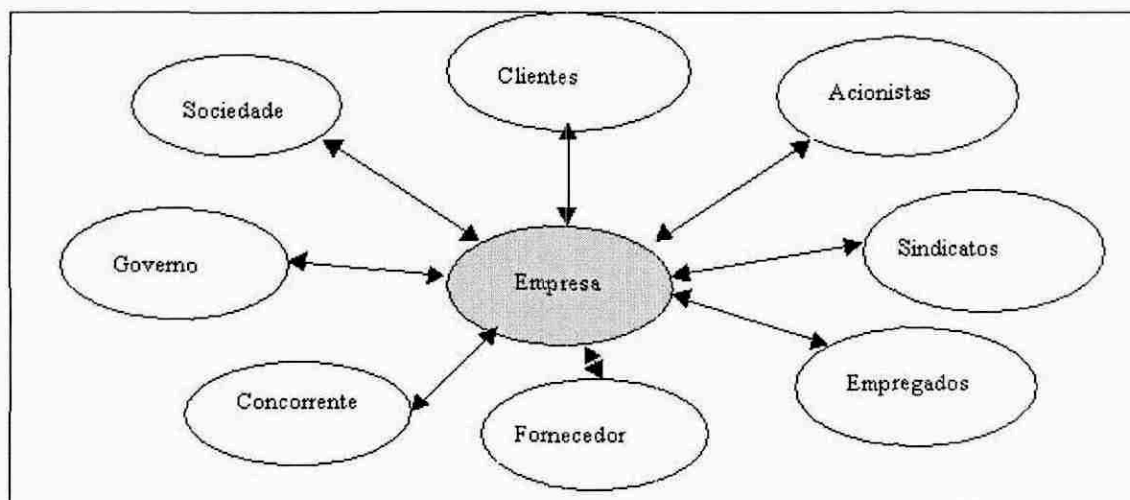
O ponto chave desta análise está no conceito de “*stakeholder*”. O termo *stakeholder* não tem tradução literal para a língua portuguesa, e seu uso por autores estrangeiros ocorre no sentido de identificar grupos que atuam direta ou indiretamente sobre organizações. (MARTINS,2005)

Para Freeman (1984), *stakeholder* é qualquer grupo ou indivíduo que é afetado ou pode ser afetado por uma empresa. A empresa deve buscar conhecê-los, afim de elaborar estratégias compatíveis. Rowley (1998) afirma que *stakeholders* são grupos ou pessoas que influenciam o contexto organizacional da empresa. Argenti (1997) concorda com os outros autores de que a teoria tenta demonstrar a influência de grupos sobre o processo decisório das organizações, e ainda enfatiza que o potencial dos *stakeholders* é infinito, dependendo de suas peculiaridades e da área de negócio. Campbell (1997) defende a teoria dos *stakeholders*, pois acredita que a empresa deve ter responsabilidade social diante do ambiente em que vive, e afirma ainda ser difícil reconhecer quem é *stakeholder*, para tal é necessário definir os objetivos da organização, para apuração das forças que interagem de forma direta ou indireta.

A teoria sugere que o comportamento estratégico das organizações pode ser afetado por vários grupos situados em seu ambiente, e as organizações portanto devem atuar no sentido de contornar a atuação desse grupos de modo a obter sucesso, assim, a empresa como integrante de um sistema aberto, sofre influências do ambiente externo e também o influência. ( MARTINS,2005)

A figura a seguir demonstra essa relação que ocorre nos dois sentidos, ou seja, a empresa influencia agentes como os sindicatos, o governo, os fornecedores, os acionistas, os empregados, a sociedade, clientes e concorrentes. Mas também é influenciada por todos esses agentes.

Figura 2-Influência do relacionamento *stakeholder* – organização



Fonte: MARTINS, 2005

Os *stakeholders* pertencem a duas categorias (internos e externos). São definidos como *stakeholders* internos (grupos ou indivíduos –como empregados e acionistas, por exemplo- que não fazem estritamente parte do ambiente de uma organização, mas pelos quais o administrador individual é responsável), e os *stakeholders* externos, que são grupos ou indivíduos do ambiente externo de uma organização que afetam suas atividades, como sindicatos, grupos de interesses especiais, órgãos governamentais e outros. (STONER ; FREEMAN,1999)

### 2.1.1 Elementos do Ambiente de Ação Direta

Ambos os grupos de *stakeholders* da maioria das organizações tem mudado consideravelmente nos últimos anos. Afetam diretamente as atividades de uma organização atuando de fora dela, os *stakeholders* externos. Incluem-se neste grupo os consumidores, fornecedores, governos, grupos de interesse especiais, mídia sindicatos de trabalhadores, instituições e competidores. Em cada tipo de empreendimento observa-se grupos diferentes com reivindicações também diferentes, cabendo ao administrador realizar análise destes grupos para poder lidar com seus efeitos. (STONER ; FREEMAN, 1999)

O governo busca através da intervenção governamental benefícios sociais à população, sejam eles água e ar mais puros, automóveis mais seguros, aumento geral do padrão de vida, entre outros. Os administradores devem lidar com um emaranhado complexo de governos municipais, estaduais, federais, e internacionais, cada um com o potencial de afetar uma organização através de iniciativas legislativas, ações judiciais e regulamentações executivas.(STONER; FREEMAN,1999)

Os grupos de interesses especiais usam o processo político para reforçar sua posição em alguma questão específica. Os administradores jamais podem ter certeza de que algum grupo não se forme para se opor à empresa em alguma questão. Apesar das políticas desses grupos não serem um fenômeno recente, as modernas tecnologias da comunicação criaram condições para seu florescimento, uma vez que permitem quase instantaneamente trazer à atenção nacional alguns desses grupos. O administrador deve levar em conta os grupos de interesses especiais, tanto atuais como futuros, quando estabelecer as estratégias de uma organização. (STONER; FREEMAN, 1999)

A mídia possui papel divulgador e muitas vezes é responsável por formação de opinião, uma vez que cobre as atividades da economia e dos negócios, já que esses tópicos afetam a tantas pessoas. Atualmente as comunicações de massa permitem uma cobertura cada vez maior e mais sofisticada, indo desde noticiários genéricos até matérias especiais baseadas em investigações profundas de denúncias. A maioria da organizações sentem-se num aquário, onde cada ação pode ser assunto de escrutínio pela mídia. (STONER; FREEMAN,1999)

Cada organização individual terá uma variedade de *stakeholders*. Cada organização terá um mapa específico de *stakeholders* que, em essência, será uma imagem do componente de ação direta de seu ambiente externo.

### 2.1.2 Elementos do Ambiente de Ação Indireta

O componente de ação indireta do ambiente externo afeta a organização de duas maneiras. Primeiro: algumas forças podem ditar a formação de um grupo que eventualmente se torne um *stakeholder*. Segundo: os elementos de ação indireta criam um clima - uma tecnologia que muda rapidamente, crescimento ou declínio econômico,

mudanças nas atitudes com relação ao trabalho – no qual a organização existe e ao qual precisa, em última instância reagir. (STONER; FREEMAN, 1999)

Essas interações complexas foram agrupadas em quatro fatores amplos que influenciam a organização e que devem ser consideradas por seus administradores: os fatores sociais, econômicos, políticos, e tecnológicas.

As variáveis sociais podem ser divididas em três categorias: demografia, estilo de vida e valores sociais. As mudanças na demografia e no estilo de vida afetam a composição, a localização e as expectativas do suprimento mão-de-obra e dos clientes de uma organização. Os valores sociais podem ser disseminados de maneira mais ou menos ampla numa determinada sociedade, assim um determinado valor pode subir ou descer em nossa hierarquia de valores.(STONER; FREEMAN, 1999)

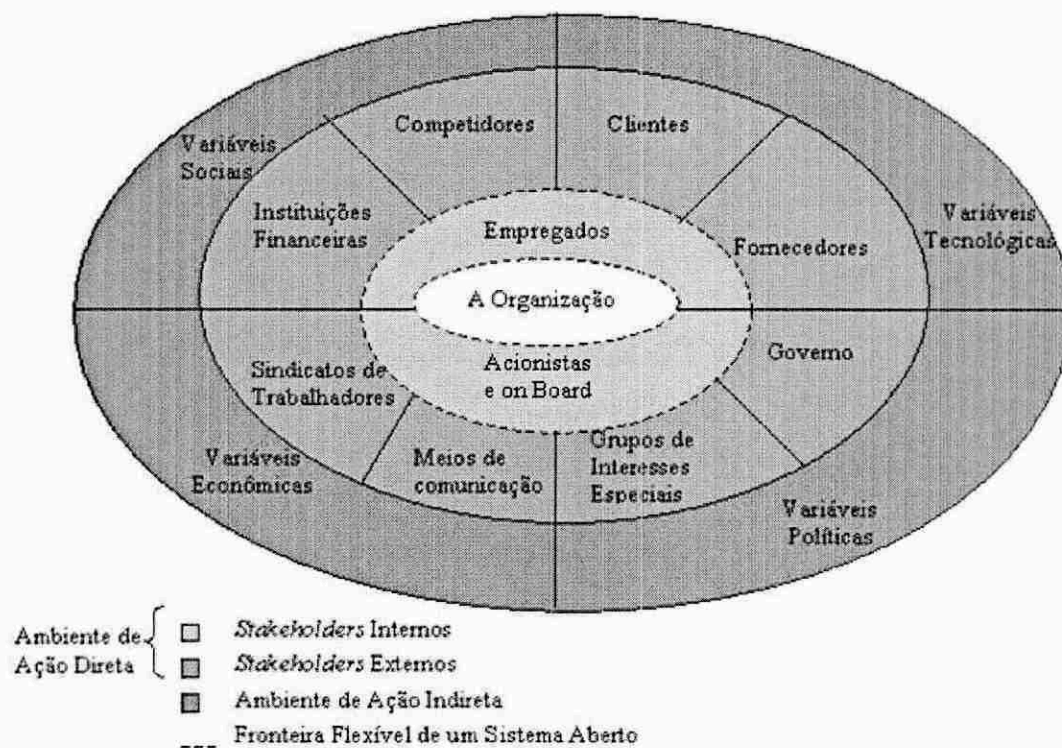
As variáveis econômicas podem ser definidas como as condições e tendências econômicas gerais que podem influenciar as atividades de uma organização. Obviamente elas são essenciais para o sucesso de uma empresa. Salários, preços cobrados por fornecedores e competidores, e políticas fiscais do governo são exemplos de variáveis econômicas.

Já as variáveis políticas são os fatores que podem influenciar em decorrência do processo ou do clima político. O processo político envolve a competição entre diferentes grupos de interesses, cada um buscando promover seus valores e objetivos. Alguns desses grupos de interesses são *stakeholders* de uma organização, outros não; mas como todos interagem mutuamente, até mesmo os que não são podem afetar a organização. (STONER; FREEMAN, 1999)

As variáveis tecnológicas incluem os avanços nas ciências de uma maneira geral. O nível da tecnologia em uma sociedade ou numa indústria determinam em grande parte quais produtos e serviços serão produzidos, qual equipamento deve ser utilizado e como os administradores devem agir.

A figura a seguir traça a imagem ambiental de uma empresa e mostra a influência dos elementos de ação direta e indireta.

Figura 3-Elementos de Ação Direta e de Ação Indireta de uma Organização.



Fonte: STONER; FREEMAN, 1999.

### 3 SEGURANÇA PÚBLICA E CRIMINALIDADE NO BRASIL

#### 3.1 Criminalidade

O Brasil é um país jovem de origem colonial, com uma herança conflitiva e memória histórica trágica. Em seu trajeto temos genocídio de índios, massacre e exploração escravocrata, republicanismo com segregação territorial e econômica que nos mostrou o extremismo étnico. São quinhentos anos de marginalização perante o mundo e contínua exploração da terra, com pouco desenvolvimento. A imaginação de construção da nação brasileira ficou restrita a terra, à sua posse, à sua distribuição e ao seu usufruto por uma elite dominante.(PACHECO,2005)

A Síntese dos Indicadores Sociais 2002 lançada pelo IBGE, mostra que do 1 % mais rico da população, 88 % são da etnia dominante –indo-europeus e outras etnias brancas, enquanto entre os 10 % mais pobres, quase 70 % se declararam de cor preta ou parda. O 1% mais rico da população acumula o mesmo volume de rendimentos dos 50 % mais pobres e os 10 % mais ricos ganham 18 vezes mais que os 40 % mais pobres.( PACHECO,2005)

A estrutura atual do país, com condomínios e bairros cercados e defendidos pública e privadamente por forças policiais, está reordenando a ocupação dos territórios urbanos, criando áreas de segurança e isolamento para minorias. Criam-se mini-estados auto suficientes, dissociados das cidades, das comunidades, da população menos abastada. O berço da nossa criminalidade – a pública e a privada – é um conjunto de oportunidades materiais negadas à maioria da população, conflitos étnicos sociais seculares e uma máquina governamental corrompida. (PACHECO,2005)

Uma definição sobre o tema afirma que a criminalidade é efeito, é forma perversa de protesto, gerada por uma patologia social. A criminalidade cresce a partir de um certo tipo de crise social, ou melhor, ela é expressão e consequência de uma patologia social suficientemente grave para gerá-la. Uma crise social se torna apta a fomentar a criminalidade quando chega a lesar, os valores sociais capazes de promover uma identificação agregadora entre os membros de uma comunidade. (PACHECO, 2005)

O fenômeno da violência em escala mundial está associada a um conjunto de mudanças no sistema produtivo capitalista. As baixas perspectivas de inclusão social e de trabalho profissional, associada à precarização do sistema público de proteção social contribuem às práticas de incivildades públicas. (SEIBEL, 2003)

O Brasil é tão diverso que nenhuma generalização para o problema da criminalidade se aplica. As matrizes do crime e suas manifestações variam conforme as regiões do país. Existem diversas práticas criminosas associadas a dinâmicas sociais diferentes, portanto não seria possível identificar apenas uma causa para o universo da criminalidade. (SOARES, 2006)

Este autor destaca a necessidade de adoção de políticas públicas para evitar o agravamento do atual quadro de violência que tem causas que ele denomina de pluridimensionais:

[...] Caso não se implementem políticas públicas inteligentes, pluridimensionais, intersetoriais e sensíveis às especificidades locais, em larga escala, capazes de interceptar as microdinâmicas imediatamente geradoras da criminalidade violenta, sobretudo de natureza letal, em um cenário caracterizado pela manutenção dos atuais indicadores de desigualdade, pobreza, qualidade de vida degradada, deficiências na escolaridade e precariedade no acesso aos direitos, facilitando crises familiares, e gerando vulnerabilidade, baixa auto-estima, sentimento de exclusão, estigmatizações, invisibilidade social e dupla mensagem cultural, as consequências só podem ser o agravamento do atual quadro de violência criminal, que já constitui uma tragédia, particularmente quando afeta a juventude a juventude pobre e negra, do sexo masculino, provocando verdadeiro genocídio. (SOARES, 2006, p 14)

### 3.2 Segurança Pública

O termo Segurança Pública pode ser definido como uma atividade pertinente aos órgãos estatais e à comunidade como um todo, realizado com o intuito de proteger a cidadania, prevenindo e controlando manifestações da criminalidade e da violência, garantindo o exercício pleno da cidadania nos limites da lei. A prestação de serviços públicos de segurança engloba atividades repressivas e preventivas, tanto de natureza policial quanto não policial, como no caso do provimento de iluminação pública. Os serviços de segurança pública de natureza policial e não policial devem buscar estabelecer,

aperfeiçoar e manter, um sentimento coletivo de segurança. A prestação dos serviços de segurança pública inclui o policiamento ostensivo, a apuração de infrações penais e a guarda e recolhimento de presos. (SEGURANÇA, 2008)

A Segurança Pública garante a proteção dos direitos individuais e assegura o pleno exercício da cidadania. As forças de segurança buscam aprimorar-se a cada dia e atingir níveis que alcancem as expectativas da sociedade. Enquanto atividade desenvolvida pelo poder estatal, a Segurança Pública, tem responsabilidades ligadas a ações de repressão, oferecendo estímulos para que os cidadãos possam conviver, trabalhar, produzir e se divertir, protegidos dos riscos que estão expostos. As instituições responsáveis por estas atividades atuam no sentido de reprimir atos socialmente reprováveis, assegurando a proteção coletiva, dos bens e serviços. (SANTOS, 2008)

Os debates acerca do tema são intensos e diários. Há grande deficiência nas Políticas de Segurança em todo o território nacional. A consequência é que o número de encarcerados cresce assustadoramente a cada dia, ressaltando cada vez mais o déficit do sistema prisional. Em suma, o estado não consegue promover políticas sociais capazes de diminuir o índice crescente de crimes, e por conseguinte, o aumento incessante de novos presos que surgem todos os dias, abarrotando o sistema carcerário brasileiro.

A necessidade de construção de novas unidades prisionais cresce proporcionalmente ao aumento da criminalidade. As unidades atuais estão superlotadas, não dispendo mais de vagas e atuando sobrecarregadas, o que resulta em rebeliões, fugas, assassinatos e violência contra funcionários e entre os próprios presidiários.

Aqui surge a dúvida: onde construir essas unidades prisionais, uma vez que esse tipo de empreendimento costuma causar rejeição e temor pelas comunidades.

### 3.3 A questão dos Presídios

O conceito de prisão pode ser entendido como um lugar em que sua liberdade, seus movimentos e seu acesso a quase tudo é restrito, como punição por ter cometido um crime.

Antes de 1800 o conceito de prisão estava ligado a castigo, degradação pública e a pena de morte. De 1800 até 1870 a principal pena torna-se a privação da liberdade,



acreditando-se assim que o encarcerado através do isolamento total e boas influências morais corrigiriam seu comportamento. Nas duas décadas seguintes foi implementado o princípio da reabilitação, onde o bom comportamento concedia a liberdade antecipada. De 1890 até 1930 apostou-se no trabalho para produzir resultados positivos nos reclusos. Da década de 30 até os anos 70 foram utilizados métodos das ciências do comportamento almejando reabilitação. A partir de 1980 fica claro que a prisão não atinge seus objetivos. A sociedade produz comportamentos delinquentes e só através de transformações sociais é que se obterá resultados satisfatoriamente positivos. (EIRAS,2007)

Foi em 1769, que a Carta Régia determinou a construção da primeira prisão brasileira, no Rio de Janeiro. Em 1824 a Constituição determinou que os réus ficassem separados por tipo de crime e penas. Já no século 19 começa a surgir o problema da superlotação, o que ocorre quando o número de presos é bem maior do que o número de vagas. O Código Penal de 1890 já previa que os presos com bom comportamento poderiam ser transferidos para presídios agrícolas, o que na prática quase não ocorre, pois são poucas as instituições desse tipo no país. O Código Penitenciário da República de 1935, propôs que o sistema trabalhasse pela regeneração do detento, o que atualmente é uma utopia, já que grande parte dos detentos libertados após cumprirem suas penas, aproximadamente 80%, acabam retornando ao sistema carcerário. (SOUZA, 2007)

A maior cadeia do país foi a Casa de Detenção de São Paulo, conhecida como Carandiru. Inaugurada em 1956 se tornou o maior presídio da América Latina, e pouco antes de ser demolida em 2002 abrigava 8.200 presos, tendo capacidade para 6.000. Atualmente o Brasil ocupa a quarta posição de países com maior população carcerária do mundo, com 437.596 presos. Na primeira posição está os Estados Unidos com 2,2 milhões de presos, seguido pela China com 1,5 milhão e pela Rússia que tem 870 mil. (SOUZA, 2007)

No Brasil, as cadeias são administradas em sua grande maioria pelo governo estadual e os presos podem cumprir suas penas por três tipos de regime. No regime fechado o detento tem que cumprir ao menos um terço de sua pena em cadeia fechada, sem sair do estabelecimento. O regime semi-aberto é aquele em que o detento pode sair para trabalhar durante o dia e volta para a cadeia a noite. Já no regime aberto, depois de ter bom comportamento no regime semi-aberto, e ter cumprido dois terços de sua pena, o detento

pode cumprir o restante de sua pena em liberdade, trabalhando durante o dia e dormindo em casa durante a noite, desde que esteja em casa até as 22 horas. (SOUZA, 2007)

### 3.4 Dados Brasileiros

O perfil do preso brasileiro é formado por uma maioria absoluta de pessoas pobres, de classe baixa, onde mais de 75% não chegaram a completar o ensino fundamental, e 10,5% são analfabetos. Os dados também revelam que apenas 18% dos presos desenvolve alguma atividade educativa e o restante vive em total ociosidade. A população carcerária está cada vez mais jovem, sendo 55% formada por pessoas com idade entre 18 e 25 anos. Os crimes cometidos variam, mas em mais de 50% dos casos o motivo foi roubo, seguido de tráfico de entorpecentes e homicídios. Entre as mulheres o tráfico é o principal motivo de prisões. Hoje, as mulheres representam 6% do total de presos, em 1997 elas correspondiam a 3,5% da população carcerária. (SOUZA,2007)

Em 2006, o Ministério da Justiça, através do Departamento Penitenciário Nacional realizou um levantamento em todo território nacional, revelando que o Brasil tem aproximadamente 362.000\* presos em 1.115 estabelecimentos penais. Estas instituições se dividem da seguinte maneira: 514 penitenciárias e presídios (281 masculinas, 47 femininas, e 186 para ambos os sexos em alas separadas); 474 cadeias públicas (282 masculinas e 192 para ambos os sexos); 48 casas do albergado (26 masculinos, 6 femininas e 16 ambos os sexos); 37 colônias agrícolas ou industriais (26 masculinas, 2 femininas, 9 ambos os sexos); 31 hospitais de custódia e tratamento (11 masculinos, 1 feminino, 19 ambos os sexos); 9 centros de observação (7 masculinas e 2 ambos os sexos); e 2 penitenciárias federais. (SISTEMA, 2006)

Todos os dados que seguem, até o final deste tópico, foram retirados do levantamento citado acima.

---

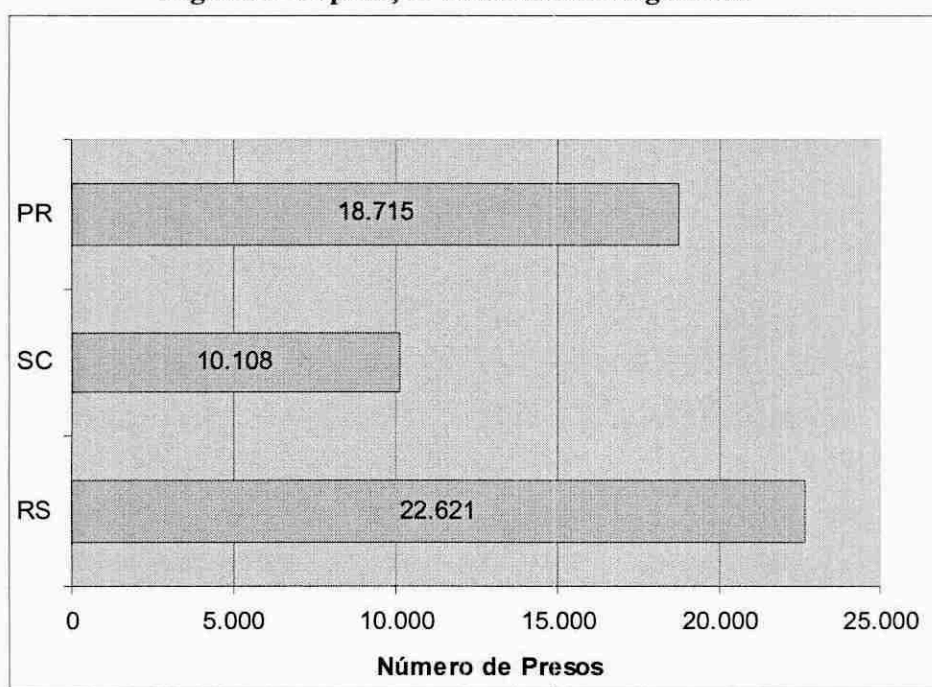
\* Este dado foi retirado de um levantamento realizado em 2006 pelo Departamento Penitenciário Nacional (SISTEMA, 2006). Dados mais recentes mostram que o houve um crescimento significativo de detentos no país, chegando a aproximadamente 440.000. (SOUZA,2007)

A região sul ocupa a terceira posição em número de presos do país. Com uma população carcerária de aproximadamente 52.000 presos. Santa Catarina possui 5 penitenciárias, 28 presídios, 1 casa do albergado e 1 hospital de custódia e tratamento. Os municípios catarinenses que contemplam essas instituições são Araranguá, Balneário Camboriú, Biguaçu, Blumenau, Caçador, Chapecó, Concórdia, Correia pinto, Criciúma, Florianópolis, Indaial, Imbituba, Itajaí, Ituporanga, Jaraguá do Sul, Joaçaba, Joinville, Lages, Laguna, Mafra, Porto União, Rio do Sul, São Cristóvão do Sul, São Miguel do Oeste, São Pedro de Alcântara, Tijucas, Tubarão e Xanxerê.

O estado do Paraná possui 12 penitenciárias, 3 colônias agrícolas, industrial ou similar, 1 hospital de custódia e tratamento, 1 centro de observação e 2 patronatos. Já o estado do Rio Grande do Sul possui 11 penitenciárias, 66 presídios, 10 casas do albergado, 3 colônias agrícolas, industrial ou similar, 1 hospital de custódia e tratamento e 1 patronato.

O gráfico a seguir nos mostra como está dividida a população carcerária da região sul.

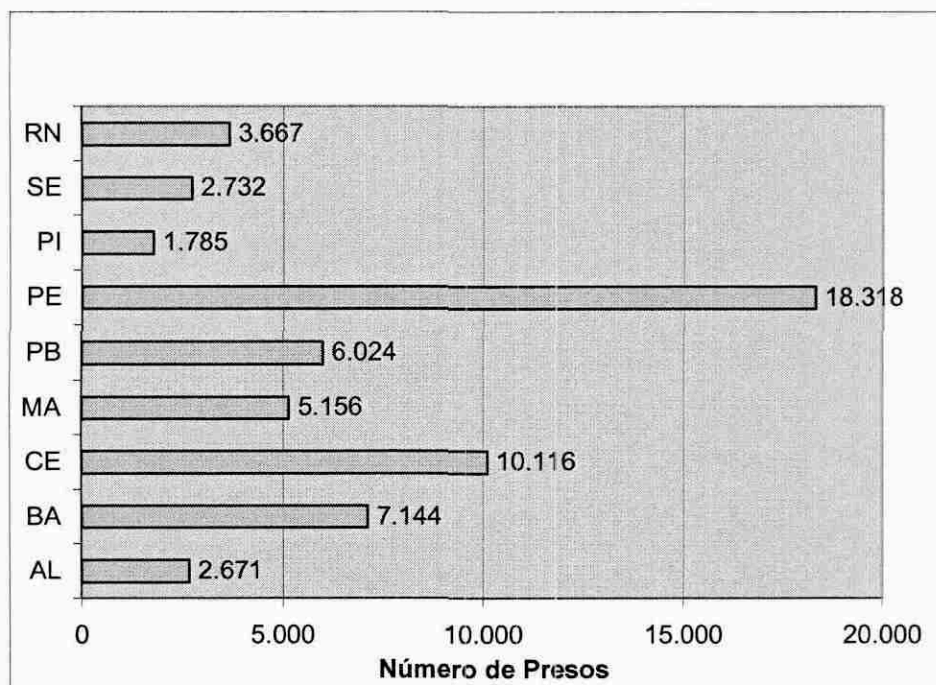
**Figura 4- População Prisional da Região Sul**



A região nordeste tem a segunda maior concentração de presos do país, com um valor aproximado de 58.000. Alagoas possui 5 penitenciárias, 1 colônia agrícola, industrial ou similar e 1 hospital de custódia. O estado da Bahia possui 4 penitenciárias, 8 presídios, 1 casa do albergado, 1 colônia agrícola, 1 hospital de custódia e tratamento e 1 centro de observação. O Ceará possui 4 penitenciárias, 2 presídios, 156 cadeias públicas, 1 casa do albergado, 2 colônias agrícolas e 2 hospitais de custódia e tratamento. No Maranhão são 4 penitenciárias, 2 presídios, 4 cadeias públicas e 1 casa do albergado. A Paraíba possui 9 penitenciárias, 5 presídios, 57 cadeias públicas, 1 colônia agrícola, e 1 hospital de custódia e tratamento. Em Pernambuco são 6 penitenciárias, 8 presídios, 69 cadeias públicas, 1 colônia agrícola e 1 centro de observação. O estado do Piauí possui 10 penitenciárias, 2 casas do albergado e 1 colônia agrícola. Em Sergipe são 5 penitenciárias, 1 cadeia pública e 1 hospital de custódia e tratamento. E o Rio Grande do Norte possui 4 penitenciárias, 1 presídio, 3 cadeias públicas, 1 colônia agrícola e 1 hospital de custódia e tratamento.

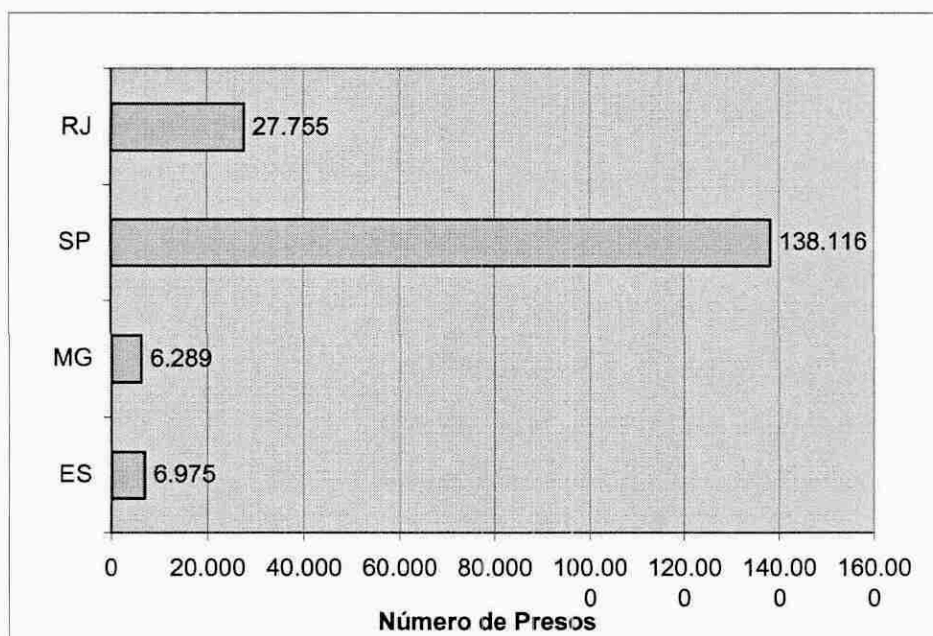
A população de presos da região nordeste está dividida da seguinte maneira:

**Figura 5-População Prisional da Região Nordeste**



Na região sudeste encontra-se a maior população carcerária do Brasil. Só no estado de São Paulo são aproximadamente 139.000 presos, distribuídos em 122 penitenciárias, 20 cadeias públicas, 2 colônias agrícolas e 2 hospitais de custódia e tratamento. O estado do Rio de Janeiro possui 18 penitenciárias, 4 presídios, 9 cadeias públicas, 1 casa do albergado, 1 colônia agrícola, 8 hospitais de custódia e tratamento, 1 centro de observação e 1 patronato. Em Minas Gerais são 31 penitenciárias, 13 presídios, 4 casas do albergado, 2 hospitais de custódia e tratamento e um centro de observação. E no estado do Espírito Santo são 14 penitenciárias e 1 hospital de custódia e tratamento. A população penitenciária na região sudeste é de aproximadamente 180.000 presos, e está dividida da seguinte maneira entre os estados:

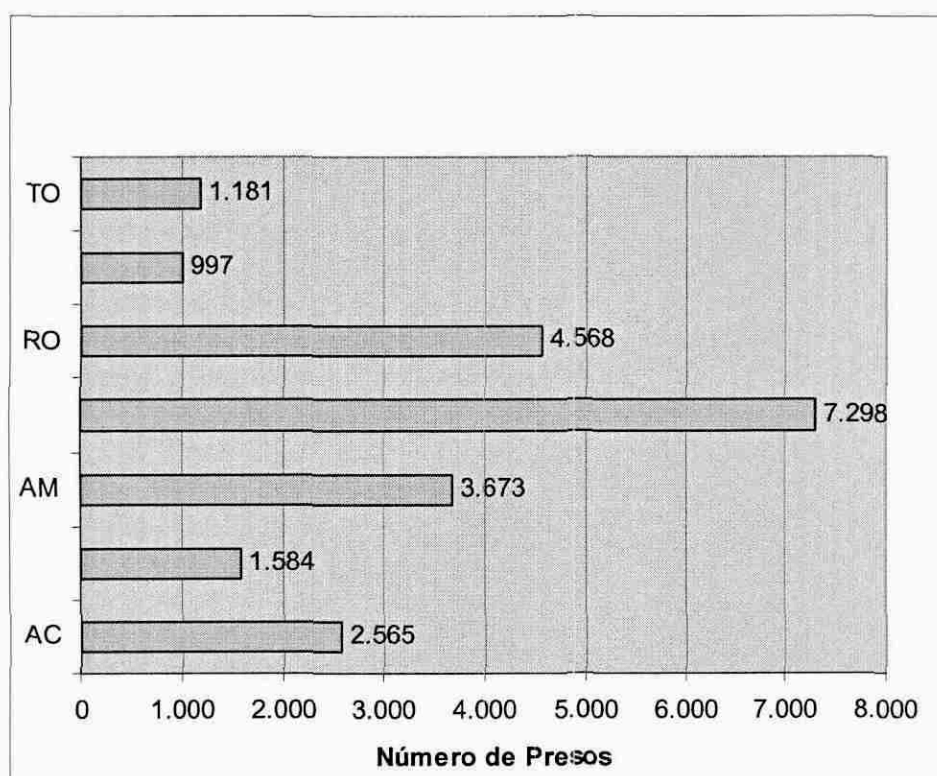
**Figura 6-População Prisional da Região Sudeste**



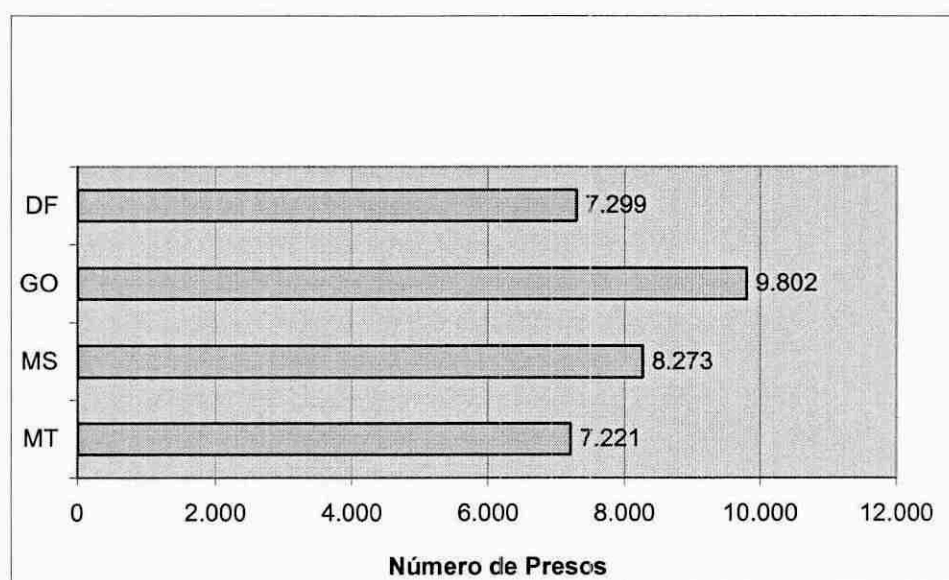
A região norte possui aproximadamente 22.000 presos, divididos entre as instituições dos estados. No Acre são 6 penitenciárias. No Amazonas são 2 penitenciárias, 9 presídios, 2 cadeias públicas, 1 casa do albergado, 1 colônia agrícola e 1 hospital de custódia e tratamento. O Amapá possui apenas 1 penitenciária. O estado do Pará possui 17

penitenciárias, 3 presídios, 5 cadeias públicas, 1 casa do albergado, 2 colônias agrícolas e 1 hospital de custódia e tratamento. Em Rondônia são 20 penitenciárias, 7 cadeias públicas, 2 casa do albergado, e 1 colônia agrícola. Roraima possui 1 penitenciária, 2 cadeias públicas, e 1 casa do albergado. O estado de Tocantins possui 18 cadeias públicas e 1 colônia agrícola.

**Figura 7-População Prisional da Região Norte**



E por fim a região centro-oeste com aproximadamente 33.000 reclusos. O estado do Mato Grosso do Sul possui 19 penitenciárias, 4 presídios, 11 casas do albergado e 1 colônia agrícola. No Mato Grosso são 3 penitenciárias, 48 cadeias públicas, 1 casa do albergado, 1 colônia agrícola e 1 hospital de custódia e tratamento. Goiás possui 2 penitenciárias, 5 presídios, 8 cadeias públicas e 1 casa do albergado. No Distrito Federal são 5 penitenciárias e 1 colônia agrícola.

**Figura 8-População Prisional da Região Centro-Oeste**

Atualmente, o país se homogeniza e converge para um padrão disseminado e altíssimo de violência e criminalidade. Capitais que usavam de sua imagem pacata para fazer propaganda positiva, hoje não podem mais. É o caso de Florianópolis, que está tão violenta quanto São Paulo. A tranquilidade da capital catarinense, que provocou um fluxo migratório das classes altas de cidades como São Paulo e Rio de Janeiro, ficou no passado. A cidade passou de uma taxa de violência de 5,3 casos por 100 mil habitantes em 1994 para 24,4 em 2002. E nos últimos anos piorou ainda mais, subindo para 32,8. (FELÍCIO, 2008)

No quadro atual Rio de Janeiro e Curitiba se equivalem em números de criminalidade. A taxa pulou de 19,2 em 1994 para 44,7 em 2006. Mas é a capital mineira que supera todas as outras cidades e vence esse ranking muito preocupante e nada orgulhoso. Durante a década de 80 e início da década de 90 a taxa permanecia em torno de

12 casos por 100 mil habitantes. A partir disso a taxa começou a subir, e no final dos anos 90 a taxa já estava no patamar de 20,7. Em 2002 a taxa explodiu chegando a 64,7 casos por 100 mil habitantes. Apesar de ter recuado um pouco em 2006, voltou a taxa de 56,6 casos, Belo Horizonte ainda é uma das cidades com maior índice de criminalidade. (FELÍCIO, 2008)

O custo para manter a população carcerária do Brasil gira em torno de R\$ 6 bilhões por ano para o estado, algo que varia de R\$ 1.000 a R\$ 2.000 por mês para cada preso. (LEMGRUBER,2007)

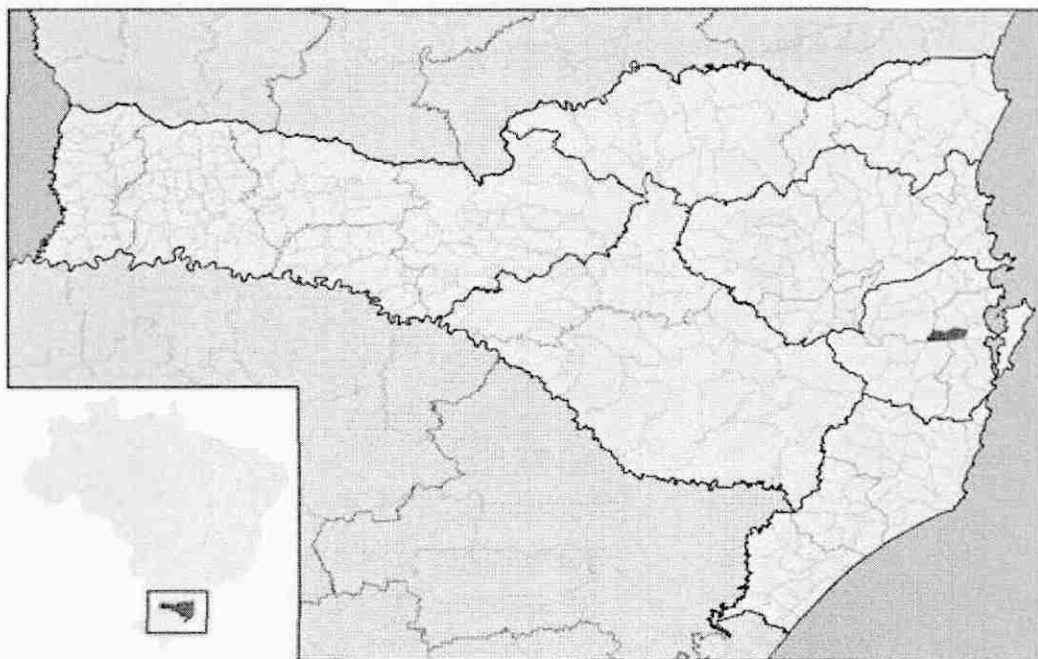


## 4 SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

### 4.1 São Pedro de Alcântara

O século XIX foi o período de emigração européia em massa. Dom João VI iniciou a política imigratória do governo brasileiro, seguida por seu filho Dom Pedro I. A intenção era a de povoar principalmente as províncias do Rio Grande do Sul e Santa Catarina para proteger e defender a fronteira sul do Império. Dom João também tinha o intuito de criar uma classe média de homens livres e brancos, pequenos agricultores, que produzissem alimentos para o mercado interno. (JOCHEM; ALVES, 1999)

**Figura 9-Mapa da localização do município no estado de Santa Catarina**



Fonte: MAPA, 2008.

Em 1828 iniciou-se a colonização predominantemente de língua alemã no Estado de Santa Catarina. O núcleo estava localizado a uma distância de cinco léguas da sede São José, estando a margem esquerda do Rio Maruí. Em homenagem a Família Imperial

denominou-se Colônia São Pedro de Alcântara. A data oficial de sua fundação é 1º de março de 1829. O governo do Brasil, reconhecendo a necessidade de colonizar, para povoar o vasto território e fazer aparecer as riquezas que se ocultavam em seus fertilíssimos campos, pode engajar um grande número de famílias alemãs, que sucessivamente fez distribuir pelas províncias do Sul. (PHILIPPI,1995)

Em 1828 desembarcaram na Ilha de Santa Catarina, 146 famílias, em número de 523 pessoas, e reunindo-se mais tarde 93 indivíduos que tinham sido praças dos batalhões dissolvidos no rio de Janeiro, assim como 19 do Batalhão 27, também dissolvido nesta Província; pode-se contar ao todo 625 alemães, que se destinavam à nova Colônia de São Pedro de Alcântara. Das 146 famílias que se destinaram a formar a nova colônia, 14 se deixaram ficar na cidade, e por isso só 132 datas foram demarcadas para igual número de famílias. Cada uma data foi regulada de 50 a 100 braças de frente, segundo o número de pessoas que continha cada família; todas marcando as frentes das referidas datas a estrada que conduz à Vila de Lages. (PHILIPPI,1995)

Em 1º de março de 1829, Silvestre José dos Passos, levou os primeiros colonos até as terras da nova Colônia. Este ficara encarregado, por ordem do Presidente da Província de Santa Catarina, brigadeiro Francisco de Albuquerque Mello, do estabelecimento dos colonos e inspetor da Colônia de São Pedro de Alcântara. (JOCHER,1999)

Os colonos logo perceberam que toda a região onde estavam instalados não era apenas acidentada, mas ainda muito pedregosa, dificultando a implantação e o desenvolvimento da lavoura. A própria sede da colônia, apresentava-se apertada entre colinas, com pouca possibilidade de estruturar-se e se tornar um centro urbano relevante. Os imigrantes questionavam se não havia em toda Província de Santa Catarina terras mais próprias para plantio. Entretanto, ficara decidido por escalões superiores que o caminho do sertão litoral-planalto em direção aos campos de Lages que por ali passava seria o referencial. Esta era a razão de ser da colônia ali fundada. (DESCHAMPS,2005)

Os primeiros anos da colônia foram marcados pela insegurança gerada por *problemas fundiários e pelas deficiências dos elementares serviços públicos*. Logo após o assentamento dos imigrantes em seus lotes, os mesmos começaram o plantio, do milho,

feijão, batata inglesa, arroz, amendoim, etc. O escoamento das plantações eram feitos por animais cargueiros, até o litoral São José, onde eram vendidas aos comerciantes locais. Mais tarde surgiu o plantio da cana de açúcar e da mandioca. A região possuía alguns carpinteiros com habilidade para construir engenhos movidos a água, e estes se tornaram comuns ao longo do rio Maruí. E outros ainda movidos com água de açudes que enchiam seus reservatórios durante a noite e com água da chuva. Os que não possuíam água corrente suficiente montava seu engenho movido com bois. Era difícil encontrar um colono que não possuísse seu próprio engenho. (DESCHAMPS,2005)

A colônia de São Pedro de Alcântara crescia às margens da estrada litoral-planalto que a atravessa em direção à vila de Lages. Poucos anos mais tarde, o governo veio a construir mais ao sul, na mesma direção de Lages, uma estrada paralela até o alto das Taquaras, na Serra da Boa Vista, de trânsito mais fácil e talvez menos íngreme, que subia o Vale do Cubatão, via Santo Amaro da Imperatriz e Águas Mornas. A transferência de parte do trajeto da estrada via Vale do Cubatão em detrimento do Vale do Maruí, isolou economicamente São Pedro de Alcântara em função da privação do comércio realizado principalmente pelos tropeiros. (DESCHAMPS ,2005)

Em 1848, a população contava com 145 famílias num total de 700 habitantes. Seis anos mais tarde, em 1854, contava a Colônia com 1.500 habitantes, sendo trinta e tantos escravos, trezentos estrangeiros e mil e tantos brasileiros entre descendentes de colonos e naturais do país. De acordo com o senso demográfico brasileiro de 1980, o distrito de São Pedro de Alcântara possuía 4.701 habitantes. A sinopse preliminar da população recenseada em 1991 acusava 4.021 habitantes. No realizado em 2000, São Pedro de Alcântara apresentou 3.584 habitantes; desse universo 2.096 habitavam na área urbana e 1.488 na rural. Em 1990 iniciava-se um movimento com significativo apoio popular com o objetivo de obter a emancipação político administrativa do então distrito de São Pedro de Alcântara do município de São José. Em 31 de março de 1991, foi realizado um plebiscito, onde os eleitores manifestaram-se, com expressiva quantidade de votos, favoráveis à sua emancipação político administrativa. Cumpridos os trâmites legais e obtida, em março de 1994, por unanimidade de votos, a aprovação da Assembléia legislativa do projeto de emancipação, ocorreu a instituição do município de São Pedro de Alcântara, através da lei

nº 9534, que, em 16 de abril de 1994, o então governador de Santa Catarina, fez questão de sancionar em cerimônia realizada no solo da própria sede da histórica colônia. A instalação do novo município ocorreu em 1º de janeiro de 1997. (DESCHAMPS,2005)

#### 4.2 Perfil do Município

O município de São Pedro de Alcântara, possui uma área de 140 km<sup>2</sup> e uma população de 4.765 habitantes. (IBGE:2007)

Sua localização, a 31 km de Florianópolis, e suas condições geofísicas favoráveis, atraem busca por propriedades (sítios e chácaras) objetivando o lazer nos finais de semana.

A economia do município está baseada nas atividades agropecuárias, com um número de estabelecimentos agropecuários de 491, ocupando uma área de aproximadamente 8.000 hectares e 4.000 bovinos. (IBGE:2006)

Outras atividades que tem recebido destaque no município dizem respeito ao turismo rural e o projeto de utilizar o clima favorável para construção de clínicas médicas para tratamentos médicos.

**Figura 10-Localização Regional do Município**



Fonte: POUSADA, 2008.

#### 4.3 Presídio de São Pedro de Alcântara

Em 2003 foi instalado no município de São Pedro de Alcântara a Penitenciária de Segurança Máxima com capacidade para 1.500 presos. A população temendo essa proximidade com criminosos, resistiu a construção, mas não conseguiu deter o governo representado pela Secretaria de Segurança Pública.

Contrariando não apenas a vontade da população, mas leis ambientais, derrubando uma vasta área de mata ciliar, que são áreas de preservação permanente, o empreendimento foi instalado.(NILSSON,2007)

#### 4.4 Centro de Triagem em São Pedro de Alcântara

O anúncio da construção da Central de Triagem da Polícia Civil em São Pedro de Alcântara pela Secretaria Segurança Pública e Defesa do Cidadão causou polêmica na população do município. O empreendimento teria capacidade para 250 detentos e seria construído ao lado do Presídio já instalado na cidade. Uma manifestação de centenas de moradores em outubro de 2007, na comunidade de Santa Tereza, quis chamar a atenção dos políticos e da imprensa para a não instalação do novo “Cadeião” no município. (FANTIN,2007)

Num outro protesto a população, liderada pelo prefeito, fez uma barreira humana para evitar a entrada das máquinas que dariam início as obras do Centro de Triagem. As pessoas acorrentaram-se à ponte que dá acesso ao local da obra. Um abaixo assinado contra a obra recolheu cerca de 400 assinaturas dos moradores do Bairro Santa Tereza, local que seria instalado o empreendimento.

O objetivo do empreendimento é um pouco diferente do presídio já instalado no município, pois não seria apenas o encarceramento dos presidiários, e sim também a possibilidade de alguns serem libertados no local. De uma maneira mais específica, o Centro de Triagem Prisional tem a função de encarcerar as pessoas que tenham cometido ou são acusadas de cometerem delitos na região e suas proximidades, aguardando uma

decisão judicial, ou seja, se decido por sua prisão o mesmo é encaminhado a um presídio , do contrário este é liberado no local.

## 5 ARGUMENTOS ANTAGÔNICOS E FAVORÁVEIS AO PROJETO

### 5.1 Os Argumentos Antagônicos ao Projeto

Vários foram os agentes do ambiente externo que contribuíram antagonicamente ao projeto. Dentre eles destacam-se o governo municipal, os grupos especiais (representados pela população local) e a mídia.

Quando foi anunciado o projeto de instalação do Centro de Triagem Prisional da Polícia Civil em São Pedro de Alcântara a reação por parte da população foi de imediata repulsa e temor. Com a experiência de já ter como vizinho um Presídio de Segurança Máxima, e por conseguinte o temor gerado por repetidas rebeliões, mortes e até possíveis fugas, a população não se conteve e começou uma série de protestos, passeatas e abaixo-assinados reivindicando que o empreendimento fosse construído em outra cidade.

A mídia, com seu poder cada vez maior de divulgação, fez uma cobertura completa sobre a situação, por meio de televisão, jornais e internet. Cada nova manifestação, por parte da população do município, era divulgada à um contingente muito maior de pessoas, formando uma opinião pública ampla e colocando o projeto a um nível de observação muito maior.

O governo municipal, apoiado e apoiando a população, também foi contra a instalação do empreendimento. Mas, seus motivos foram embasados não apenas na vontade da população, mas amparados por parecer técnico realizado a pedido da prefeitura, e por leis estaduais e municipais que seriam infringidas com a construção do empreendimento. Para a elaboração do parecer foi contratada uma empresa de arquitetura e urbanismo, com o intuito de analisar o projeto e seus impactos no ambiente externo.

#### 5.1.1 Análise Urbanística

Este tópico e os tópicos 3.5.2 e 3.5.3 tomam por base o parecer técnico elaborado por Althoff e Silva. (ALTHOFF; SILVA: 2008)

Se fosse instalado o Centro de Triagem Prisional no município de São Pedro de Alcântara o impacto urbano causado pela instalação do projeto ocorreria por diversas formas.

A situação da via de acesso ao município seria prejudicada, uma vez que o fluxo de veículos seria ampliado consideravelmente, tanto pelos veículos que transportariam os detentos como pelos veículos de funcionários e visitantes, pois esta via não é pavimentada com asfalto.

O transporte público, que já é deficiente e tem suas linhas sobrecarregadas nos horários de pico não comportaria esse aumento na demanda, principalmente nos dias de visitação.

A circulação de indivíduos envolvidos em processos criminais e sua consequente permanência na cidade é outro fator de relevância uma vez que a população local é extremamente pacata.

Os critérios utilizados para determinar a localização do Centro de Triagem em São Pedro de Alcântara também devem ser questionados, uma vez que a demanda de detentos da Grande Florianópolis parte dos municípios de Florianópolis, São José e Palhoça, o que tornaria o local impróprio, devido a necessidade de deslocamentos frequentes das delegacias destes municípios até o local do empreendimento, gerando despesas maiores com combustível de veículos oficiais, ocupando desnecessariamente o pessoal das polícias civil e militar, que por sua vez poderiam ter seu tempo melhor aproveitado, além de dificultar qualquer tipo de assistência aos detentos.

A possibilidade de surgimento de ocupações irregulares (favelas) devido a distância entre o local do empreendimento e a moradia dos familiares dos detentos, visto que na maioria são moradores dos municípios de Florianópolis, São José e Palhoça.

Outro ponto considerável foi a questão turística do município, importante questão econômica que ficaria claramente prejudicada pelo estabelecimento desta estrutura. A administração municipal vem apostando e investindo na vocação turística da cidade.

O risco de impacto ambiental também deve ser considerado, visto que os problemas causados pelo Presídio até hoje ainda não foram sanados.

A instalação de clínicas particulares para tratamento de saúde, considerando o clima favorável e proximidade com a capital do estado, também ficariam prejudicadas.

Outra questão levantada está relacionada com a vontade da população, a aprovação do projeto em questão pela comunidade, pois não houve qualquer tipo de consulta, o que lhe é de direito e garantido pelo Estatuto da Cidade em função da transformação a que está sujeita a comunidade. O município aprovou recentemente leis sobre o assunto, quanto a necessidade de estudo prévio de impacto de vizinhança como pré-requisito para a concessão de licenças, autorizações e alvarás em empreendimentos e atividades econômicas geradoras de impacto, pública ou privada, ou propostas em operações consorciadas, em área urbana ou rural, os quais não foram apresentados pela Secretaria de Estado da Segurança Pública e Defesa do Cidadão.

#### 5.1.2 Análise Técnica dos Projetos

Na análise do projeto arquitetônico destacam-se os seguintes itens: falta de planta de situação da obra no projeto arquitetônico; a planta de locação não apresenta dados como, cotas de afastamentos frontais, laterais e fundos e de distância até o Rio Maruim; não definição de vagas de estacionamento para funcionários e visitantes; o pedido de consulta de viabilidade apresentado não possui a devida resposta da prefeitura municipal; a Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) estava incompleta, faltando a assinatura do contratante.

No projeto hidrosanitário destacam-se os seguintes itens: não prevê o aproveitamento das águas pluviais, o que é aconselhável para o melhor aproveitamento dos recursos hídricos da região; não foram apresentados fonte específica de abastecimento de água potável, nem projeto de tratamento destas águas para consumo no Centro de Triagem Prisional, sendo que este abastecimento é precário e insuficiente na região; a Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) estava incompleta, faltando assinatura do contratante.

No projeto preventivo de incêndio destacam-se os seguintes itens: o Projeto Preventivo de Incêndio foi apresentado, porém sem assinaturas que comprovem sua aprovação junto ao Corpo de Bombeiros, que é o órgão competente para sua aprovação; a Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) também não possui assinatura do contratante.



### 5.1.3 Considerações Finais do Parecer Técnico

Em função dos argumentos apresentados nas análises urbanística e técnica, e das discussões geradas pelo assunto o parecer apresenta as algumas conclusões.

Não houve tempo suficiente, nem mesmo a Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara possui os instrumentos necessários para analisar um projeto de tal envergadura; não houve, por parte do governo estadual, apoio e abertura para negociação para que o mesmo de desse com a agilidade e o cuidado que a questão merecia; o município não possui estrutura urbana nem condições de arcar com as alterações necessárias para receber este novo empreendimento de detenção; os critérios adotados para a localização do Centro de Triagem Prisional no município de São Pedro de Alcântara, além de não serem claros, evidenciam que pela falta de planejamento regional houve precipitação na definição de sua localização, em função das polêmicas geradas pela definição do local mais apropriado para o empreendimento; não foi avaliado por parte da Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa do Cidadão o impacto social que certamente será causado, caso o Centro de Triagem Prisional venha a ser construído naquele local; é também evidente a falta de conhecimento do Estatuto da Cidade por parte da Secretaria de Segurança Pública e Defesa do Cidadão, conhecimento este imprescindível para o estudo de implantação deste tipo de estrutura em áreas urbanas e ou qualquer comunidade mesmo que fosse rural.

Ainda foi evidenciado o fato de já existir um complexo penitenciário no mesmo local, o que tornaria proibido instalar outra estrutura de fim semelhante, pois ampliaria o impacto já existente, dificultaria o controle do mesmo e iria de encontro às regras impostas pelos artigos 90 e 104 da Lei Federal nº 7.210/84.

Com base nestes argumentos o parecer técnico aconselhou a Prefeitura municipal de São Pedro de Alcântara a negar o alvará de construção do empreendimento.

### 5.1.4 Negativa de Alvará de Construção

A Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara negou o pedido de alvará de construção baseada nas seguintes razões: não cumprimento da Lei Estadual nº 5.624/1979,

art. 10, II; não observância das regras impostas pela Lei Federal nº 7.210/1984, arts. 90 e 104, para a construção de cadeias públicas e presídios; impedimento advindo da Lei Complementar Municipal nº 43/2007, que não permite a construção, em terras alcantarenses, de qualquer outra unidade prisional; não cumprimento da Lei Complementar Municipal nº 44/2007 – Estudo de impacto de Vizinhança; soberania da vontade do povo alcantarense, que não aceita a construção, em suas terras, de mais uma unidade prisional; não cumprimento, por parte do governo do Estado de Santa Catarina, das normas técnicas necessárias à concessão do alvará de construção, conforme o parecer técnico. ( Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara)

A Lei Estadual nº 5.624/1979 – Código de Divisão e Organização Judiciárias do Estado de Santa Catarina – em seu art. 10, II, estabelece que é requisito indispensável para a instalação da comarca que a sede seja dotada dos seguintes prédios públicos: fórum convenientemente mobiliado e cadeia dotada de condições de higiene e segurança.

Na região próxima ao município tem-se as comarcas da capital,, de São José, de Biguaçu, de Palhoça e de Santo Amaro da Imperatriz, e nenhuma delas possui cadeia pública adequadamente construída. São Pedro de Alcântara não é sede de comarca.

A Lei Federal nº 7.210/1984, conhecida como a Lei de Execuções Penais diz que um Centro de Triagem não pode ser construído próximo, muito menos ao lado de uma Penitenciária de Segurança Máxima, já que esta, conforme previsão do art. 90, deve ser construída em local afastado do centro urbano enquanto aquele, conforme disposição do art. 104, deve ser construído em local próximo do centro urbano.

O artigo 90 diz que a penitenciária de homens deverá ser construída, em local afastado do centro urbano, a distância que não restrinja a visitação. O artigo 102 diz que a cadeia pública destina-se ao recolhimento de presos provisórios. Já o artigo 103 menciona que cada comarca terá, pelo menos 1 (uma) cadeia pública a fim de resguardar o interesse da administração da justiça criminal e a permanência do preso em local próximo ao seu meio social e familiar. E por fim o artigo 104 diz que o estabelecimento de que trata este capítulo será instalado próximo de centro urbano, observando-se na construção as exigências mínimas referidas no artigo 88 e seu parágrafo único desta Lei.

São Pedro de Alcântara é uma cidade afastada do centro urbano mas que, por sua distância, não restringe a visitação aos encarcerados; por isso comportou, dentro das

normas da Lei de execuções Penais, a instalação de uma penitenciária. Todavia, não pode ser considerada local próximo de centro urbano, primeiro porque já considerada como afastada deste para a construção da Penitenciária de Segurança Máxima; segundo, porque realmente é afastada de centro urbano, pois seu acesso e localização geográfica assim a classificam.

A Lei Complementar nº 43/2007, de iniciativa da Câmara de Vereadores do Município de São Pedro de Alcântara, dispõe o seguinte no artigo 1: fica proibido em todo o território do Município de São Pedro de Alcântara, a construção, a ampliação, a instalação de todo e qualquer estabelecimento penal, a saber, presídio, centro de detenção provisória, instituto penal/prisional ou unidades de internação de adolescentes infratores, destinados ao abrigo de internados e detenção provisória e/ou condenados à pena privativa de liberdade.

Por essa lei, está proibida a construção de qualquer unidade prisional nas terras alcantarenses. Essa lei é um dos fundamentos que impedem a concessão do alvará de construção.

Ainda na legislação municipal, retira-se da Lei Complementar nº 44, os requisitos a serem preenchidos obrigatoriamente por qualquer empreendimento que se queira nas terras municipais.

No artigo 1 fica determinado a obrigatoriedade da apresentação, por parte do empreendedor, à administração municipal, do Estudo Prévio de Impacto de Vizinhança (EPIV), bem como o respectivo relatório Prévio de Impacto de vizinhança (RPIV) como pré-requisito para a concessão de licenças, autorizações e alvarás em empreendimentos e atividades econômicas geradoras de impacto, públicas ou privadas ou propostas em operações consorciadas, em área urbana ou rural.

Não foi realizado por parte do Governo Estadual, autor do empreendimento, o estudo e o relatório enfatizados acima.

A vontade do povo de São Pedro de Alcântara, que vai contra a construção do empreendimento, foi fator de extrema relevância. Suas manifestações, protestos, mobilizações e abaixo-assinados mobilizaram a opinião pública, através da mídia, que teve seu papel divulgador muito bem realizado. O povo alcantareense sabe da importância de se

construírem novos centros de detenção, uma vez que a violência é crescente e o número de vagas é sempre diminuto. Entretanto, esse povo também sabe e tem a plena consciência de que sua cota para com a sociedade catarinense já foi integralmente cumprida, devendo o ônus ser descentralizado para as demais cidades que compõem a região da Grande Florianópolis.

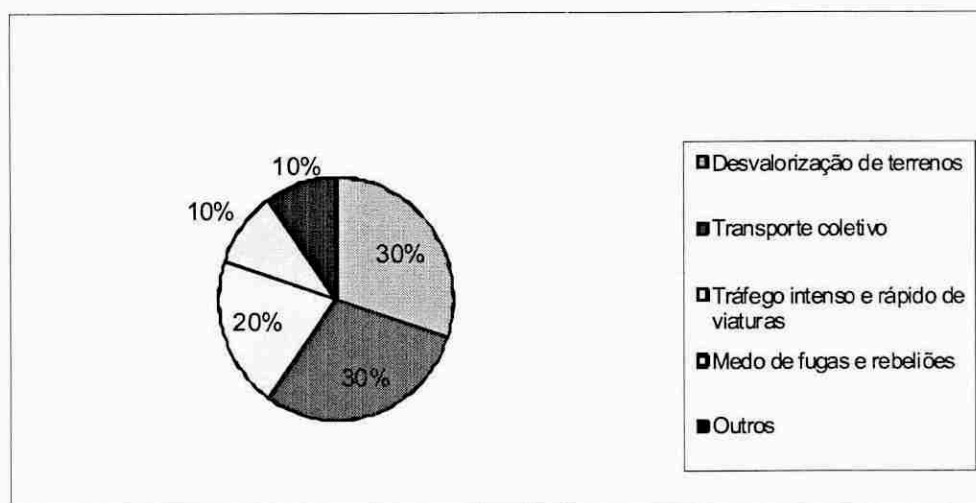
### 5.1.5 Análise das Entrevistas

As entrevistas foram realizadas entre dezembro de 2008 e março de 2009.

A primeira questão levantada foi referente ao presídio já existente. Foram questionados aspectos positivos e negativos que o empreendimento trouxe para o município.

Nos aspectos negativos os entrevistados se mostraram descontentes com o empreendimento e citaram vários itens como mostra o gráfico a seguir:

**Figura 11-Aspectos Negativos do Presídio**



O gráfico nos mostra o resultado das entrevistas, considerando entre os aspectos negativos citados qual é o de maior relevância para o entrevistado. A grande maioria da população mostrou-se temerosa e sente-se prejudicada sob vários aspectos. A grande desvalorização dos terrenos próximos ao local. Por ser uma região com grande número de

sítios e chácaras, destinadas a um público que compra imóveis para passar os fins de semana, o efeito do presídio causou temor e receio provocando a queda de procura por este tipo de imóveis e conseqüentemente a desvalorização destas propriedades. Inclusive uma das entrevistas realizadas foi com o proprietário da única imobiliária do município e este relatou que não tem interesse em trabalhar com imóveis próximos ao local, pois não há nenhum tipo de demanda por parte de seus clientes. Cabe salientar que existem muitos sítios e chácaras próximos ao empreendimento em questão.

O transporte coletivo também foi muito citado durante as conversas. O relato mais comum foi relativo aos visitantes que utilizam o transporte público coletivo para visitarem os presidiários (parentes e amigos). Foram relatados situações de pessoas mal educadas que utilizam de palavras de baixo nível e algumas com atitudes bem agressivas, deixando as pessoas da comunidade local que utilizam o transporte diariamente constrangidas e até certo ponto amedrontadas.

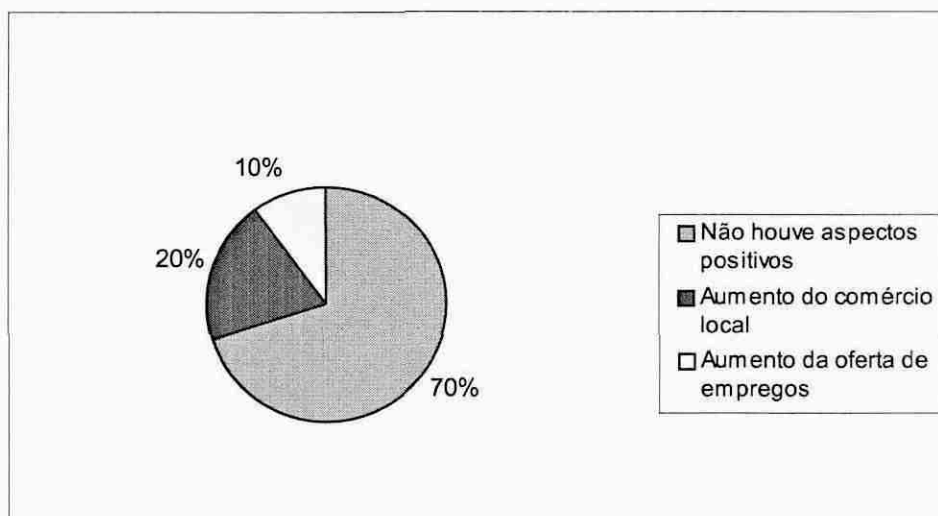
O aumento significativo de viaturas policiais circulando pelas pacatas vias do município também foi muito citado. As pessoas narraram que além de ser em grande número a velocidade com que as viaturas são conduzidas também preocupam, uma vez que as vias são de circulação de pessoas e principalmente de muitas crianças.

Ainda foi citado a questão das rebeliões e fugas que acontecem e provocam tensão nos moradores. Na legenda do gráfico onde lê-se outros foram apontados aspectos como queda da auto estima da população por possuir esse tipo de empreendimento e doenças como tuberculose que os detentos podem acabar transmitindo a população local.

Em relação aos aspectos positivos os comerciantes entrevistados (proprietários de bares, restaurantes, lanchonetes e mercados) próximo ao local onde está instalado o presídio e onde seria instalado o Centro de Triagem Prisional mostraram-se favoráveis ao empreendimento, pois argumentaram que a circulação de pessoas aumentou consideravelmente e que por conseqüência seus negócios prosperaram muito após a instalação do presídio e tenderia a melhorar ainda mais se o segundo empreendimento viesse a ser concluído. Ainda foi citado o aumento de oferta de empregos por conta do empreendimento como aspecto positivo. Também foi solicitado que priorizasse qual aspecto foi de maior relevância para cada entrevistado. Os demais entrevistados não

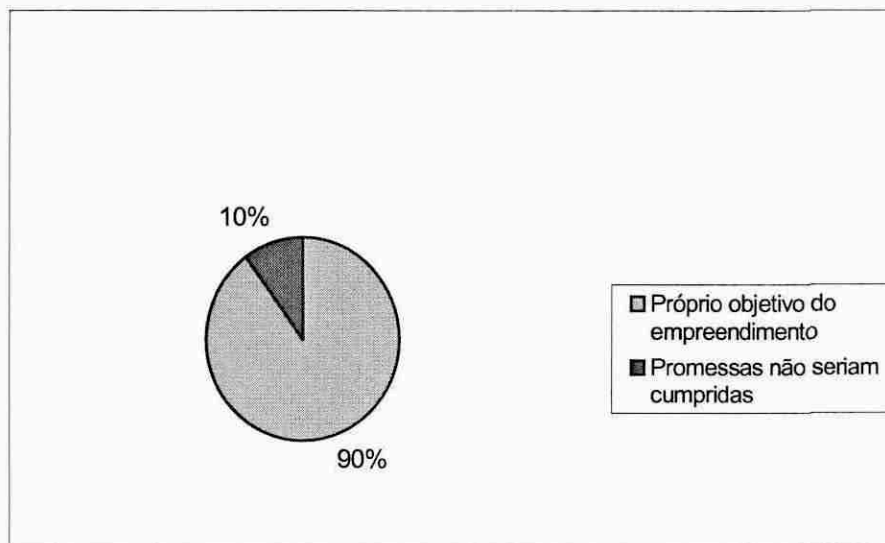
citaram pontos positivos ao empreendimento por considerarem não haver. Os resultados podem ser melhor visualizados no gráfico a seguir.

**Figura 12- Aspectos Positivos do Presídio**



Dando sequência à entrevista foi questionado sobre o Centro de Triagem Prisional, o popular “Cadeião”. O questionamento foi relativo ao porquê da rejeição ao empreendimento, e a resposta foi em grande parte apenas uma: a rejeição se deve ao próprio objetivo do empreendimento, o fato de que muitos detidos serão libertados no próprio local, ou seja, ficarão em circulação pelo município por quanto tempo desejarem. Sabe-se que um Centro de Triagem Prisional abriga pessoas que tenham cometido ou foram acusadas de agir contra a lei. No centro elas permanecerão até terem sua situação resolvida, isto é, ou são transferidas para presídios ou são liberadas no próprio local. Esse fato causa muito incomodo na população, uma vez que São Pedro de Alcântara é uma cidade pacata e seu índice de criminalidade é baixíssimo, o que segundo os entrevistados poderia mudar se indivíduos estranhos e suspeitos começassem a circular diariamente pelo município.

Foi também mencionado por alguns entrevistados as promessas feitas de melhorias por parte do governo estadual quando da construção do presídio e que não foram cumpridas e que agora, segundo estes, também não seriam. As promessas referidas são relativas a melhorias em estradas e colocação de asfalto em vários trechos. O gráfico a seguir ilustra melhor a situação exposta.



**Figura 13- Fatores que levaram a rejeição do empreendimento**

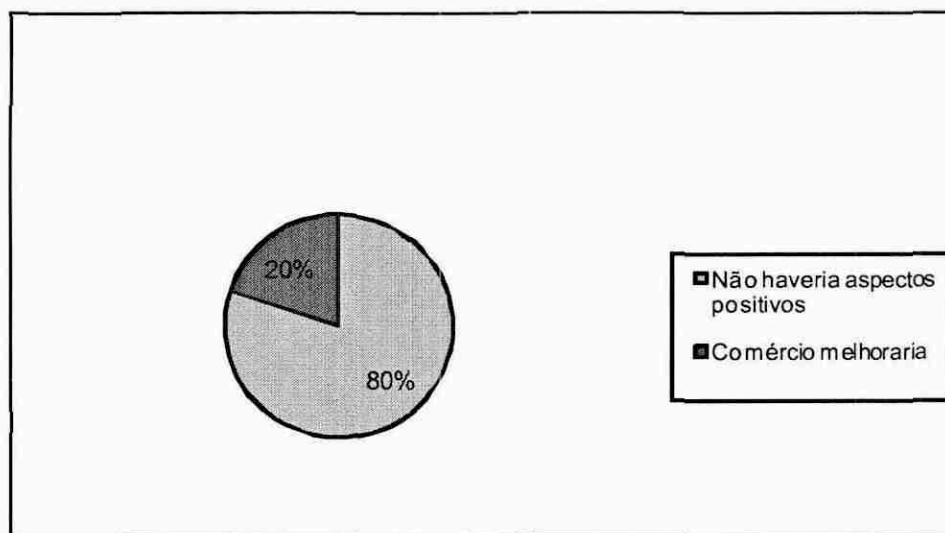
Dando sequência a entrevista foi perguntado se o primeiro empreendimento teria contribuído para rejeição ao segundo. De cada 10 entrevistados 7 acreditam que sim, alegando que o município já deu sua parcela de contribuição para o problema da segurança pública no estado com a instalação do presídio existente na cidade, devendo o ônus ser dividido entre outros municípios. Também foi mencionado o fato de que o empreendimento ficaria a uma distância muito grande para servir de centro de triagem.

Os demais acreditam não haver relação entre os dois empreendimentos, ou seja, a rejeição ao segundo projeto não está relacionado com a instalação do presídio.

Ainda foi questionado sobre possíveis aspectos positivos e negativos que o empreendimento traria ao município. Aqui 8 entre 10 entrevistados disseram não haver

nada de positivo com a implementação do projeto. Os demais apontaram que o comércio melhoraria, pois o aumento de circulação de pessoas proporcionaria aumento na demanda de serviços de , bares, restaurantes, lanchonetes e supermercados e assim proporcionando melhora no comércio da cidade.

**Figura 14-Aspectos positivos que o empreendimento proporcionaria**



Quanto aos aspectos negativos o item mais citado foi referente as pessoas que seriam soltas do Centro de Triagem, provenientes das cidades da região, mas que ficariam em circulação pelo município. Este item se mostrou o mais preocupante por parte da população. O medo da circulação de pessoas, que anteriormente estavam detidas pelos motivos mais diversos, sendo liberadas e podendo permanecer no município o quanto desejarem.

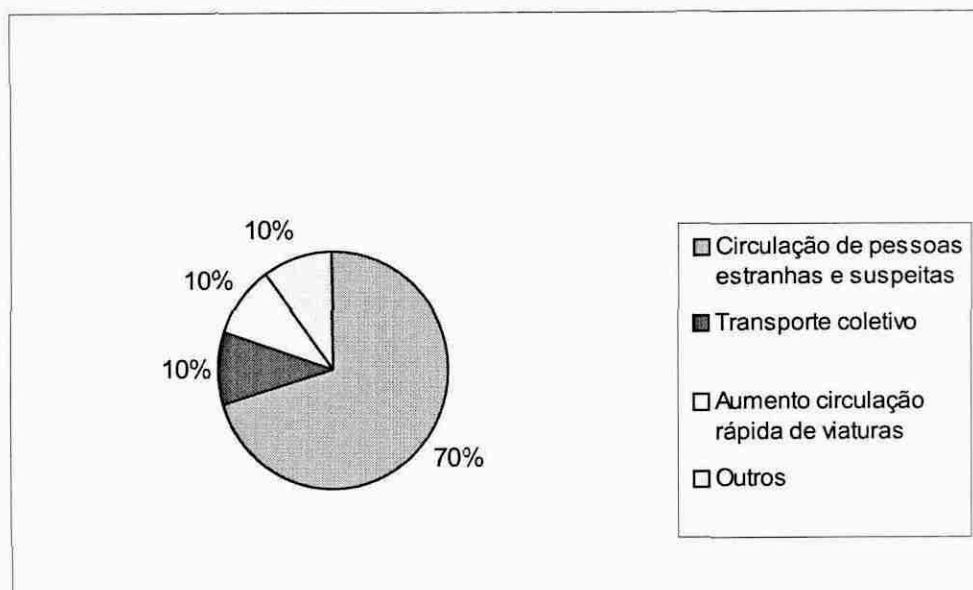
Seguido deste item temos o transporte coletivo, que segundo os entrevistados tenderia a piorar ainda mais, pois a maior circulação de pessoas agravaria mais, o que segundo estes já está em situação grave, pelos mesmos motivos expostos na figura 11. Outro aspecto citado foi referente a circulação de viaturas policiais que aumentariam, uma vez que todos os detentos viriam de cidades próximas, o que também agravaria uma situação que já é preocupante, como também já foi exposto na figura 11.



De uma maneira geral, os aspectos negativos citados na figura 11 seriam agravados, pois o aumento de reclusos na cidade, proporcionaria o aumento de todos estes aspectos, além de causar um novo aspecto, que seria a possibilidade de convivência com indivíduos suspeitos.

A seguir temos a figura 15 que nos dá uma melhor visualização sobre os aspectos citados.

**Figura 15-Aspectos negativos que o empreendimento proporcionaria**



Onde lê-se outros, foram citados questões como a imagem negativa que o município de São Pedro de Alcântara ficaria perante os demais, como uma cidade de instituições carcerárias. Também foi citado possíveis doenças que poderiam ser disseminadas e acentuadas pelos detentos do empreendimento.

Foi também realizada uma entrevista com o prefeito de São Pedro de Alcântara. Durante a conversa o prefeito se mostrou bem descontente com o presídio já instalado no município, alegando só ter trazido malefícios à cidade. Mencionou praticamente todos os dados já relatados como aspectos negativos pela população, e ainda complementou dizendo que o nome do empreendimento, Presídio de São Pedro de Alcântara, é algo pejorativo para a cidade e que já foi pedido às instituições responsáveis a mudança do nome. Ele relatou

que o município não recebe nem um tipo de verba estadual, ou federal, por abrigar tal instituição.

A prefeitura negou o alvará com base nas razões expostas no item 4.5.4. O prefeito salientou que mesmo que o empreendedor, no caso o Governo do Estado, contornasse alguns desses itens, como por exemplo o Estudo de Impacto de Vizinhança, o governo municipal continuaria negando o alvará, tomando por base a Lei Estadual 5.624/1979, que diz ser requisito indispensável para instalação de comarca que a sede seja dotada dos seguintes prédios públicos: fórum convenientemente mobiliado e cadeia dotada de condições de higiene e segurança.

## 5.2 O Outro Lado da Questão

Foi realizada uma entrevista na Secretaria de Segurança Pública e defesa do Cidadão do Estado de Santa Catarina, junto ao Setor de Planejamento, com o engenheiro responsável pelo projeto em questão.

Inicialmente foram feitas perguntas relativas ao projeto arquitetônico. A área construída seria de 520,83 m<sup>2</sup>. Adicionando-se o pátio de sol e os muros o projeto estaria contemplado numa área total de 970 m<sup>2</sup>. O custo estimado estaria em torno de R\$ 4.176.690,00. Deste valor, R\$ 678.690,00 seriam gastos com a parte de infra estrutura de construção civil. O restante, R\$ 3.498.000,00, seriam os custos das celas, uma tecnologia bem avançada cinco vezes mais resistente em que os agentes prisionais não teriam contato com os presos, pois seu sistema de abrir e fechar as portas proporciona essa segurança aos funcionários. O projeto pode ser visualizado nos anexos 1, 2, 3, 4 e 5.

A área do empreendimento, que não chega a 1.000 m<sup>2</sup>, teve suas dimensões reduzidas chegando a este valor, porque utilizaria da área de cozinha e alojamento de funcionários do projeto vizinho, o Presídio de São Pedro de Alcântara. As refeições dos presos seriam feitas na cozinha do presídio e os alojamentos para descanso também seriam utilizados pelos funcionários do Centro de Triagem Prisional.

Dando prosseguimento a entrevista foi questionado sobre os agentes externos que teriam prejudicado a realização do projeto, se teria sido previsto estas interferências, e se foi feito algum movimento em direção a amenizar o impacto desses agentes.

Os agentes externos considerados principais, a saber o governo municipal, a população local e a mídia interagiram mutuamente segundo o entrevistado. Segundo ele os dois primeiros agentes rejeitaram o projeto desde que a possibilidade de instalação foi exposta publicamente. A mídia apenas efetua seu papel divulgador manifestando a opinião dos agentes. O engenheiro ainda colocou que esse tipo de empreendimento tem uma rejeição natural e imediata por grande parte dos municípios da região e que todos querem o problema resolvido. É interesse de todos os municípios que seja construído um Centro de Triagem Prisional, mas segundo ele nenhuma cidade da região está disposta a abrigar este projeto e as populações sempre irão questionar e reclamar. A cada problema que ocorre no Centro de Triagem Prisional, localizado no Estreito, seja o problema fugas, superlotações ou rebeliões, sempre com uma super cobertura da mídia, a pressão aumenta para que o problema seja resolvido. A solução é difícil, pois ninguém quer receber o projeto.

No caso específico de São Pedro de Alcântara foi relatado que o projeto seria mais vantajoso para o governo, pois o terreno já é de sua posse o que reduziria gastos consideráveis.

Sobre a previsão de interferências por parte dos agentes externos, o engenheiro respondeu que sabia que elas ocorreriam, mas que o governo, e conseqüentemente o Setor de Planejamento da Secretaria de Segurança Pública estão de mãos atadas, uma vez que nada podem fazer sem o alvará de construção da prefeitura municipal.

Foi questionado ainda se o governo estadual teria tentado uma negociação com o governo municipal oferecendo possíveis benefícios e melhorias para a cidade em troca da concessão do alvará. A resposta aqui foi a de que oficialmente nada foi proposto e negociado, e que seu setor não possui autonomia para tais atos.

Encerrando a conversa foi perguntado se já foi decidido onde o projeto seria instalado. Segundo ele a decisão do governo estadual é de instalar um Centro Triagem Prisional em cada comarca da região. A saber Florianópolis, São José, Palhoça e Biguaçu. Cada uma comportando os presos de suas cidades e das cidades que sua comarca são responsáveis. Ele acredita que esta decisão seja a mais acertada, uma vez que cada município arcaria com seu ônus.

## 6 CONCLUSÃO

### 6.1 Conclusões

A literatura acerca da importância de se analisar o ambiente externo de um empreendimento e os agentes externos que o compõem se mostraram fundamentais no caso da instalação do Centro de Triagem Prisional em São Pedro de Alcântara.

Tomando-se por base os objetivos deste trabalho, obtêm-se as seguintes conclusões:

#### a) Identificação dos agentes externos (*stakeholders*) que interferiram no projeto:

Durante a pesquisa para realização deste trabalho, foram verificados três agentes externos, que se tornaram *stakeholders* do projeto em questão. A saber, governo municipal, população local e mídia. Todos são elementos do ambiente de ação direta e *stakeholders* externos, ou seja, grupos ou indivíduos do ambiente externo de uma organização que podem afetar suas atividades.

#### b) Atuação destes agentes externos:

A população local se mobilizou na forma de associação comunitária, expondo sua visão contrária ao projeto, alegando que o mesmo traria muitos aspectos negativos à comunidade local. Dados como circulação de indivíduos suspeitos e estranhos trazidos pelo empreendimento, aumento considerável do trânsito de veículos em altas velocidades pelas ruas do município, o transporte coletivo se tornaria ainda mais difícil não só pela superlotação mas também pela convivência com pessoas mal educadas, foram os aspectos mais citados pela população durante as entrevistas.

O governo municipal se mostrou um *stakeholder* poderoso ao negar o pedido do alvará de construção ao empreendedor, no caso o governo estadual. Esse veto foi baseado em leis federais, estaduais e municipais, mas também na vontade do povo alcantarense que se mostrou desfavorável ao empreendimento, assim como em um parecer técnico que englobou análises urbanísticas e técnicas do projeto.

Desde o anúncio oficial da construção do empreendimento, o governo municipal e a população local, muitas vezes de forma concomitante, manifestaram-se publicamente

expressando seu descontentamento com o projeto. A mídia, o terceiro agente externo identificado, entra de forma mais evidente neste episódio a partir destas manifestações. Foi através da mídia que o caso tomou grande repercussão. O papel divulgador e muitas vezes formador de opinião ficou muito evidente neste caso. A cada nova manifestação que o ocorria, a mídia era acionada, e em pouco tempo toda região já estava por dentro do que estava acontecendo. Ao mostrar, quase que diariamente, as pessoas da localidade se posicionarem contrariamente ao projeto, formou-se uma pressão contra o empreendedor.

c) Levantamento dos argumentos contrários ao projeto e se existentes os favoráveis:

Os itens contrários ao projeto citados foram praticamente uma repetição dos mesmos aspectos negativos relatados devido a construção do presídio já existente no município.

A grande maioria da população mostrou-se temerosa e sente-se prejudicada sob vários aspectos. O mais citado foi a possível circulação de pessoas estranhas na comunidade, uma vez que o Centro de Triagem tem o intuito de abrigar pessoas que aguardam sentenças: ou serão transferidas a presídios ou serão liberadas no local, o que acaba gerando apreensão na população local.

O transporte coletivo também foi outro aspecto muito citado. O relato mais comum foi referente aos visitantes que utilizam o transporte público coletivo para visitarem os detentos. Além de superlotarem o transporte, que já atua em capacidade máxima, ainda propiciam muitas vezes situações desagradáveis por seu comportamento e linguagem vulgares. Isso só tenderia a agravar com o aumento da demanda por transporte público, se o Centro de Triagem fosse instalado.

O aumento considerável das viaturas policiais circulando pelas pacatas vias do município também foi muito citado. Atualmente a situação já é preocupante, pois o número de carros e a alta velocidade com que as viaturas são conduzidas são muito recriminadas pela população. Esse aspecto se agravaria e muito com o novo projeto, uma vez que a circulação de viaturas se faria necessária várias vezes ao dia e durante a noite também.

Foram relatados também fatores como a imagem negativa que a cidade ficaria perante as demais, por se tornar um município conhecido por abrigar esse tipo de

instituição. Ainda foi citadas possíveis doenças, como tuberculose, que os detentos poderiam acabar transmitindo a população local.

O governo municipal reafirma todos os aspectos citados pela população e ainda acrescenta outros aspectos, como o não cumprimento de leis federais, estaduais e municipais.

Em relação aos aspectos positivos, a maior parte da população relatou não haver nada de positivo na instalação deste empreendimento. Já os comerciantes entrevistados (proprietários de bares, restaurantes, lanchonetes e mercados) próximo ao local onde está instalado o presídio e onde seria instalado o Centro de Triagem Prisional mostraram-se favoráveis ao empreendimento, pois argumentaram que a circulação de pessoas aumentou consideravelmente e que por consequência seus negócios prosperaram muito após a instalação do presídio e tenderia a melhorar ainda mais se o segundo empreendimento viesse a ser concluído.

#### d) O grau de interferência do Presídio já instalado no município na execução do projeto de instalação do Centro de Triagem Prisional

Sabe-se, que em 2003 foi instalado no município um presídio de segurança máxima, com capacidade para 1500 detentos. Grande parte da população acredita que o primeiro empreendimento interferiu na execução do segundo. Argumentam que a cidade já deu sua parcela de contribuição para resolver o problema da segurança pública no estado, devendo agora ser destinado o projeto a outro município.

As análises do ambiente externo e dos agentes que o compõem mostraram-se essenciais neste caso. Muitas vezes um determinado agente, ou vários agentes, que se mostram favoráveis a alguns tipos de empreendimento podem mostrar-se desfavoráveis a outros. Cabe uma análise minuciosa do ambiente que englobará o projeto, e consequentemente de seus agentes, para então elaborar previamente estratégias, se necessárias, evitando assim que o projeto possa ser rejeitado.

No projeto em questão a solução proposta pelo empreendedor foi a de instalar um Centro de Triagem em cada município que é sede de comarca (cidade que possui Fórum), evitando assim a repetição do que aconteceu em São Pedro de Alcântara. A medida que o

ônus é dividido, os municípios sentem-se menos prejudicados. A distribuição de várias instituições por toda região, fazendo com que cada comarca abrigue os detentos de seu município, talvez seja uma forma plausível de amenizar as insatisfações de possíveis *stakeholders* e resolver o problema em questão.

## 7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALTHOFF, Cesar A.; FILHO, Osmar V. **Parecer técnico**. São Pedro de Alcântara: 2008. 7 p.

ARGENTI, John. Stakeholders: the case against: brief case. **Long Range planning**. London, v.30, n.3, June, 1997. p. 442-445.

CAMPBELL, A. Stakeholders: the Case in Favour. **Long Range Planning**. London, v. 30, n.3, June, 1997. p. 446-449.

DESCHAMPS, Osvaldo. **Memórias da Nossa Terra e Nossa Gente**. São Pedro de Alcântara: Ed. do Autor, 2005. 224 p.

EIRAS, Bruno Duarte. Uma janela para o mundo: bibliotecas e bibliotecários em meio prisional. **Biblioteca Municipal de Oeiras**. Disponível em: <[www.apbad.pt/Downloads/congresso9/com59.pdf](http://www.apbad.pt/Downloads/congresso9/com59.pdf)>. Acesso em: 29 mar.2009.

FANTIN, Júlio. São Pedro não quer ser novo "carandiru". **Jornal Regional**, São José, 26 out. 2007. p. 1-1. Disponível em: <[www.regional.com.br](http://www.regional.com.br)>. Acesso em: 07 dez. 2007.

FELÍCIO, César. Enfim, a grande convergência. **Valor Econômico**, São Paulo, 1,2,3,4 e 5 de fev. 2008. Caderno A. p 6.



FREEMAN, R. E. **Strategic management: The stakeholder approach**. Boston, Pitman Publishing. 1984.

JOCHEM, Toni V. (Org.). **São Pedro de Alcântara 1829 – 1999: aspectos de sua história**. 1.ed. São José: Elbert, 1999. 352 p.

JOCHEM, Toni V.; ALVES, Débora B. **São Pedro de Alcântara 170 anos depois 1829 – março – 1999**. 1. ed. São José: Elbert, 1999. 100 p.

KEELING, Ralph. **Gestão de projetos: uma abordagem global**. 1. ed. São Paulo: Saraiva, 2002. 270 p.

LEMGRUBER, Júlia. **Penas alternativas: os desafios da reflexão**. Disponível em: <[www.webartigos.com](http://www.webartigos.com)>. Acesso em: 05 mar. 2009.

MARTINS, Uadson U. M. **Stakeholders e as organizações**. 14 f. Centro Integrado de Ensino Superior do Amazonas.

MAPA, interativo de São Pedro de Alcântara. Disponível em: <[www.mapainterativo.ciasc.gov.br/sc.phtml](http://www.mapainterativo.ciasc.gov.br/sc.phtml)>. Acesso em: 23 set. 2008.

MORESI, Eduardo Amadeu Dutra. O contexto Organizacional. In: TARAPANOFF, Kira (org.). **Inteligência organizacional e competitiva**. Brasília: Editora universidade de Brasília, 2001.

NILSSON, Tsugui Tomioka. São Pedro. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 04 out. 2007. p. 46-46.

PACHECO, Luiz Fernando. **Correlação do gasto social e do gasto na segurança pública com a criminalidade nas cidades de Florianópolis e São José**. 2005. 73 f. Monografia (3) - Curso de Ciências Econômicas, Departamento de Sócio Econômico, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2005.

PHILIPPI, Aderbal J. **São Pedro de Alcântara**. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1995. 367 p.

POUSADA, Terra Verde. Disponível em: <[www.pousadaterraverde.com.br](http://www.pousadaterraverde.com.br)>. Acesso em: 19 set. 2008.

ROWLEY, T. J. Moving Beyond Dyadic Ties: The Network theory of stakeholder influences. **Academy of Management Review**. Toronto, v. 22. n. 4. 1998. p. 887-909.

SANTOS, Emerson Clayton Rosa. **O conceito de segurança pública**. Disponível em: <<http://br.monografias.com/trabalhos2/seguranca-publica/seguranca>>. Acesso em: 26 jun. 2008.

SEGURANÇA pública. Disponível em: <[www.mj.gov.br](http://www.mj.gov.br)>. Acesso em: 05 set. 2008.

SEIBEL, Erni J. O Declínio do Welfare State e a Emergência do Estado Prisional. In: MALLMANN, Maria Izabel (org). **Paz e guerra em tempos de desordem**. Porto Alegre: Edipucrs, 2003. 107 p.

SISTEMA penitenciário no Brasil: dados consolidados. Disponível em: <[www.sejus.es.gov.br/download/consolidados\\_2006.pdf](http://www.sejus.es.gov.br/download/consolidados_2006.pdf)>. Acesso em: 18 mar. 2009.

SOARES, Luiz Eduardo. **Segurança pública: presente e futura**. Disponível em: <[www.scielo.br](http://www.scielo.br)>. Acesso em: 05 jun. 2009.

SOUZA, Fátima. **Como funcionam as prisões**. Disponível em: <[www.pessoas.hswuol.com.br/prisões2.htm](http://www.pessoas.hswuol.com.br/prisões2.htm)>. Acesso em: 25 jan. 2009.

STOLLENWERK, Maria Fatima Ludovico. Fatores Críticos do Sucesso. In: TARAPANOFF, Kira (org.). **Inteligência organizacional e competitiva**. Brasília: Editora universidade de Brasília, 2001.

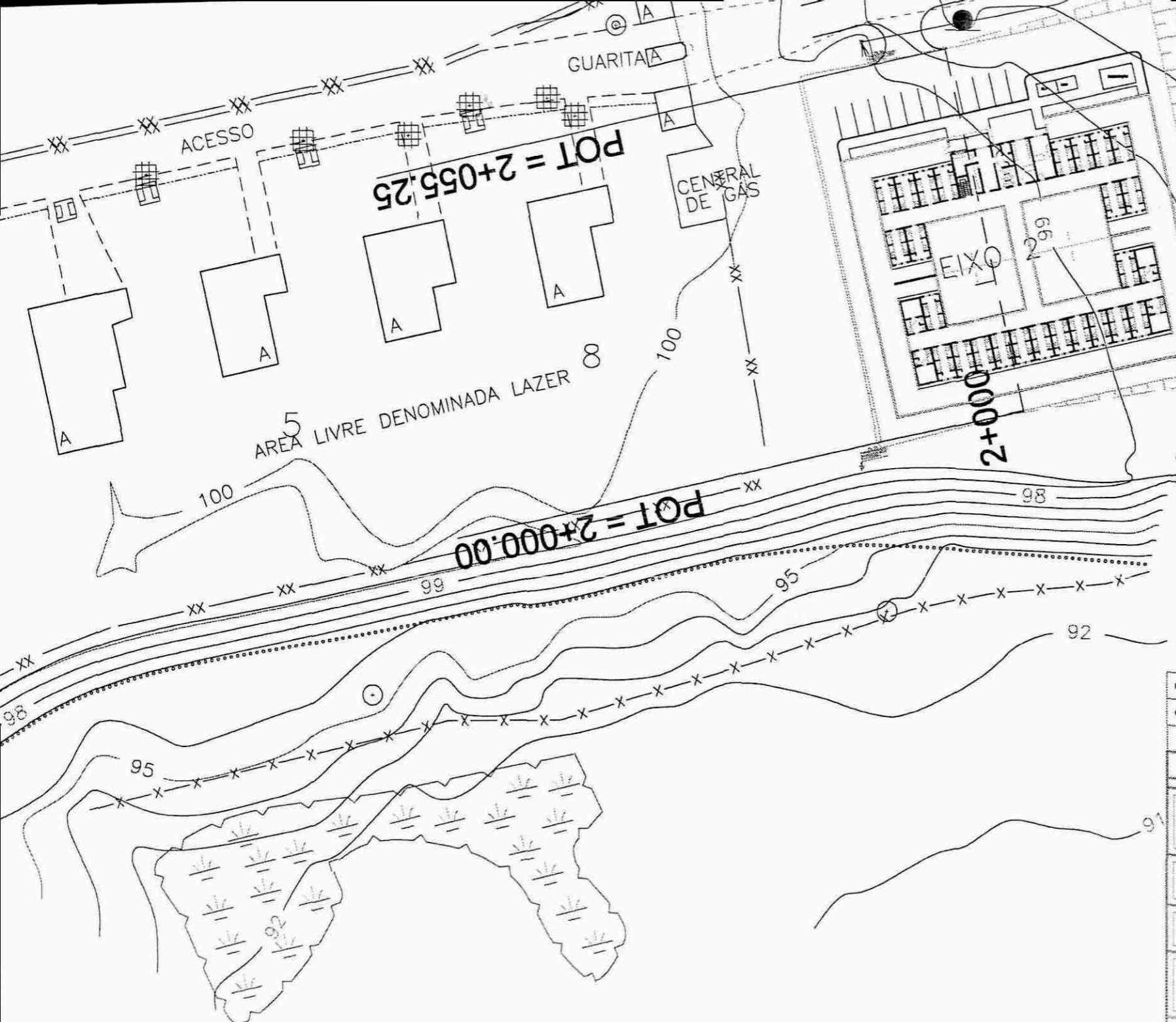
STONER, James A. F.; FREEMAN, Edward R. **Administração**. 5. ed. Rio de Janeiro: Ltc, 1999. 533 p.


TARAPANOFF, Kira (Org.). **Inteligência organizacional e competitiva**. Brasília: Unb, 1996. 343 p.

**ANEXOS**

Anexo 1- Planta De Implantação

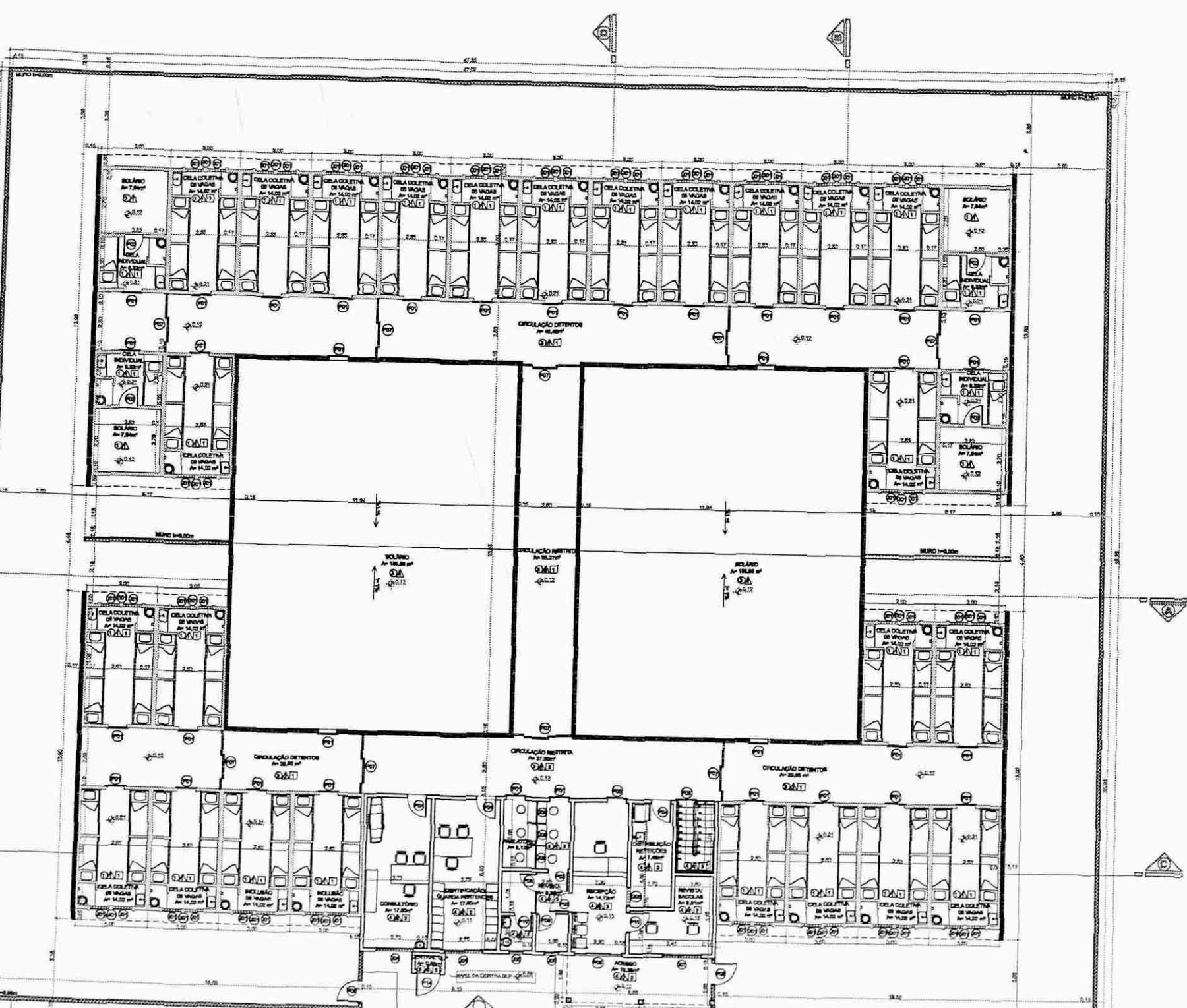




OBSERVAÇÕES	VISTO	DATA
OBSERVAÇÕES	VISTO	DATA
OBSERVAÇÕES	VISTO	DATA
OBSERVAÇÕES	VISTO	DATA
	SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA DO CIDADÃO Rua Estevão Junior, nº 80 - Centro - Florianópolis - SC	
	PROSUL - PROJETOS, SUPERVISÃO E PLANEJAMENTO LTDA Rua Selvânia Mello, 118 - Edifício Liberal Center - 3º andar - Centro - Florianópolis - SC Fone/Fax: (48) 224-7826 - Home-page: www.prosul.com - E-mail: prosul@prosul.com	
PROJETO:	CENTRO DE DETENÇÃO PROVISÓRIA DE SÃO PEDRO ALCÂNTARA CAPACIDADE 200 VAGAS	
RESPONSÁVEL TÉCNICO PROJETO:	CLIENTE:	
Arqª Cláudia M. H. Bonfada - CREA - SC 066555-2	Secretaria de Estado de Segurança Pública	
CONTÍDOR:	PRONAL:	
PLANTA DE IMPLANTAÇÃO		01/07

Anexo 2- Planta Baixa -Pavimento Térreo





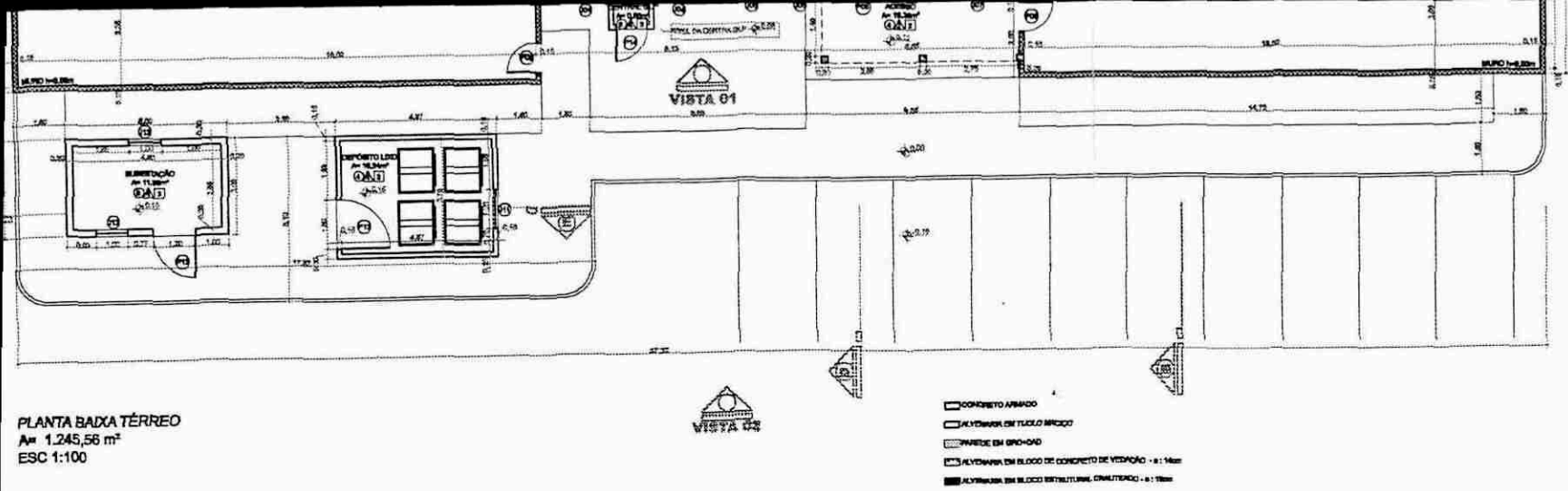
QUADRO DE ÁREAS	
ÁREA EM MONOBLOCO GRC-CAD	
PARAMENTO TERREDO CELAS	481,77 m²
PARAMENTO SUPERIOR GALERIA CONTROLE ADJETOS	300,30 m²
ÁREA EM SISTEMA CONSTRUTIVO CONVENCIONAL	
PARAMENTO TERREDO - SOLANOS/COBERTURA DE ACRÉSCIMO AS CELAS	653,89 m²
PARAMENTO TERREDO - REDECOBERTURAS DE APOIO/REDECOBERTURA CENTRAL DEUT	171,27 m²
PARAMENTO SUPERIOR GALERIA CONTROLE ADJETOS/COBERTURAS	178,03 m²
ÁREA TOTAL CONSTRUIDA	
TOTAL MONOBLOCO GRC-CAD/SISTEMA CONSTRUTIVO CONVENCIONAL	1.635,26 m²

QUADRO DE ESQUADRIAS JANELAS					
ÁREA	ANÇURA	ALTURA	TIPO	QTD	
J01	0,80	1,80	1,17	POLICARBONATO 3mm TIPO DEUTOTEM	87
J02	0,80	0,80	1,17	POLICARBONATO 3mm TIPO DEUTOTEM	87
J03	1,20	1,20	1,17	DE COBRE DE FERRO 2 POLIAS COM GRADE PAVA	30
J04	1,20	1,20	1,17	DE COBRE DE FERRO 2 POLIAS COM GRADE PAVA	30
J05	0,80	0,80	1,20	DE COBRE DE FERRO 2 POLIAS COM GRADE PAVA	18
J06	0,80	1,14	1,18	POLICARBONATO 3mm TIPO	18
J07	1,00	1,00	1,18	DE COBRE DE FERRO 4 P O GRADE PAVA 4 QUARTAS/PAVA/GRUPO	21
J08	0,80	0,80	0,80	PAVA TIPO POLICARBONATO 4mm	21
J09	1,20	0,87	1,17	POLICARBONATO 3mm AVANÇADA EMBRASE PASTORE	21
J10	1,00	1,00	1,18	DE COBRE DE FERRO 4 POLIAS COM GRADE PAVA 4 QUARTAS/PAVA/GRUPO	21
J11	1,20	0,80	1,18	DE COBRE DE FERRO 4 POLIAS COM GRADE PAVA 4 QUARTAS/PAVA/GRUPO	21
J12	1,20	0,80	1,18	DE ALUMÍNIO 2 POLIAS PAVA 4 QUARTAS/PAVA/GRUPO	21

QUADRO DE ESQUADRIAS GRADES					
ÁREA	ANÇURA	ALTURA	TIPO	QTD	
G01	0,80	1,80	-	GRADE DE FERRO	87
G02	0,80	1,20	-	GRADE DE FERRO	87
G03	1,20	1,20	-	GRADE DE FERRO	30
G04	1,20	0,80	-	GRADE DE FERRO AVANÇADA EMBRASE PASTORE	30
G05	0,80	0,80	1,18	GRADE PAVA 4 QUARTAS/PAVA/GRUPO	18
G06	0,80	0,80	1,18	GRADE PAVA 4 QUARTAS/PAVA/GRUPO	18
G07	1,00	1,00	-	GRADE DE PROTEÇÃO PARA O SOLARIO EM AÇO	21
G08	0,41	0,80	-	GRADE DE PROTEÇÃO PARA O SOLARIO EM AÇO	21

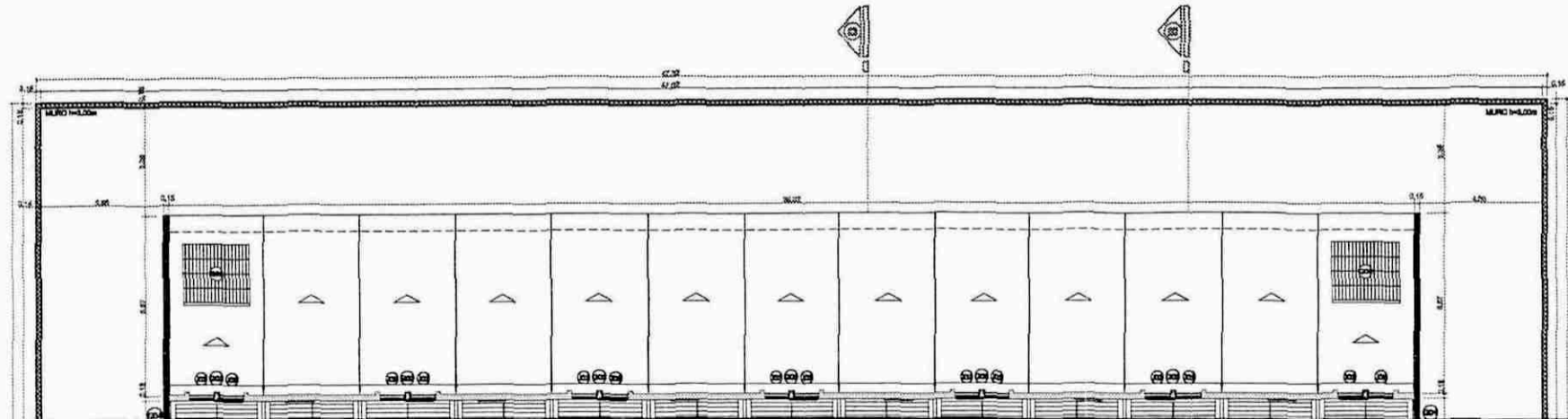
QUADRO DE ESQUADRIAS PORTAS				
ÁREA	ANÇURA	ALTURA	TIPO	QTD
P01	0,80	2,10	DE FERRO DE COBRE 2 POLIAS COM GRADE PAVA 4 QUARTAS/PAVA/GRUPO	87
P02	0,80	2,10	DE FERRO DE COBRE 2 POLIAS COM GRADE PAVA 4 QUARTAS/PAVA/GRUPO	87
P03	0,80	2,10	DE FERRO DE COBRE 2 POLIAS COM GRADE PAVA 4 QUARTAS/PAVA/GRUPO	87
P04	0,80	2,10	DE FERRO DE COBRE 2 POLIAS COM GRADE PAVA 4 QUARTAS/PAVA/GRUPO	87
P05	0,80	2,10	DE FERRO DE COBRE 2 POLIAS COM GRADE PAVA 4 QUARTAS/PAVA/GRUPO	87
P06	0,80	2,10	DE FERRO DE COBRE 2 POLIAS COM GRADE PAVA 4 QUARTAS/PAVA/GRUPO	87
P07	0,80	2,10	DE FERRO DE COBRE 2 POLIAS COM GRADE PAVA 4 QUARTAS/PAVA/GRUPO	87
P08	0,80	2,10	DE FERRO DE COBRE 2 POLIAS COM GRADE PAVA 4 QUARTAS/PAVA/GRUPO	87
P09	0,80	2,10	DE FERRO DE COBRE 2 POLIAS COM GRADE PAVA 4 QUARTAS/PAVA/GRUPO	87
P10	0,80	2,10	DE FERRO DE COBRE 2 POLIAS COM GRADE PAVA 4 QUARTAS/PAVA/GRUPO	87
P11	0,80	2,10	DE FERRO DE COBRE 2 POLIAS COM GRADE PAVA 4 QUARTAS/PAVA/GRUPO	87
P12	0,80	2,10	DE FERRO DE COBRE 2 POLIAS COM GRADE PAVA 4 QUARTAS/PAVA/GRUPO	87
P13	0,80	2,10	DE FERRO DE COBRE 2 POLIAS COM GRADE PAVA 4 QUARTAS/PAVA/GRUPO	87
P14	0,80	2,10	DE FERRO DE COBRE 2 POLIAS COM GRADE PAVA 4 QUARTAS/PAVA/GRUPO	87

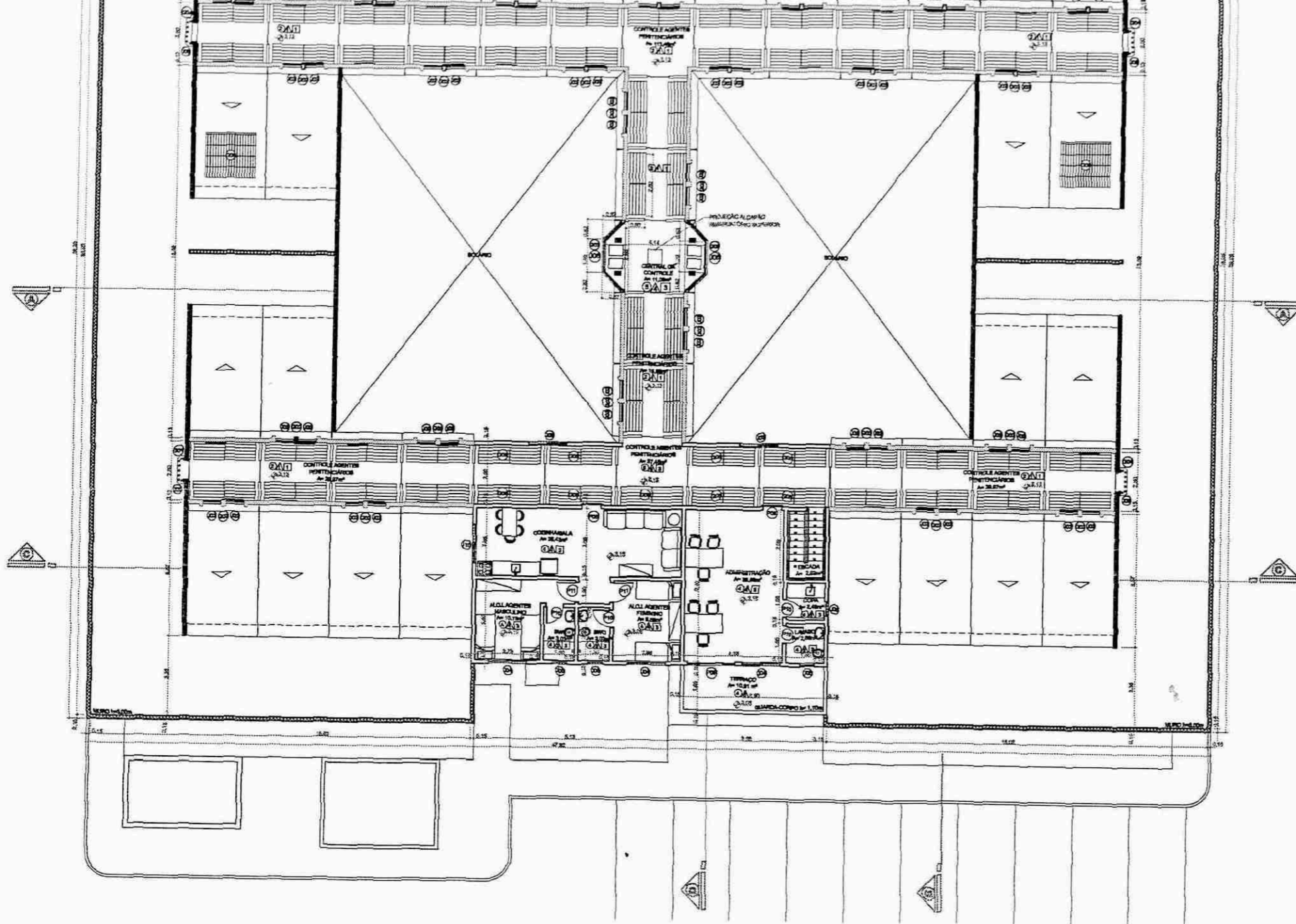
QUADRO DE REVESTIMENTOS INTERNOS	
○	PISO
△	PAREDE
□	TETO
1	GRC + CAD O CIMENTO BRANCO ACABAMENTO ALBADO
2	PISO GRADE EM GRC O CIMENTO BRANCO E GRADE O PINTURA ESMALTE SINTÉTICO ANTI-FERRUGEM
3	PISO EM CONCRETO ARMADO DESPESADO MECANICAMENTE
4	PISO CERÂMICO ANTI-DESPESADO 30x30cm
5	PISO GRADE BLOCADO 15x15cm SOBRE LAJE BRANCA DESPESADO PINT. ACRÍLICA SEM-BRILHO O RELAZOR O PINT. ESMALTE SINTÉTICO ANTI-FERRUGEM
6	PISO CIMENTO DESPESADO ALBADO
△	GRC + CAD O CIMENTO BRANCO ACABAMENTO ALBADO
△	TEXTURA ACRÍLICA EFEITO GRAFATO O RELAZOR
△	AZULEJO 30x30cm ATÉ 1,80m
△	PINTURA ACRÍLICA SEM-BRILHO O RELAZOR SOBRE PISO
△	TEXTURA ACRÍLICA EFEITO GRAFATO O RELAZOR SOBRE PISO
1	GRC + CAD O CIMENTO BRANCO ACABAMENTO ALBADO
2	FORRO EM PVC
2	PINTURA ACRÍLICA SEM-BRILHO O RELAZOR SOBRE PISO



OBSERVAÇÕES		VISTO	DATA
SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA DO CIDADÃO <small>Rua Saldanha Marinho, nº 30 - Centro - Ff. Paulista - SP</small>			
PROSUL - PROJETO, SUPERVISÃO E PLANEJAMENTO LTDA <small>Rua Saldanha Marinho, 30 - 5º andar - Centro - Ff. Paulista - SP          Fone/Fax: (11) 224-7128 - E-mail: prosul@prosul.com.br - Site: www.prosul.com.br</small>			
PROJETO: CENTRO DE DETENÇÃO PROVISÓRIA DE SÃO PEDRO ALCANTARA <small>PROVINCIA DE SÃO VICENTE</small>			
PROFESSOR: Mônica Helena		CLIENTE:	
Art.º Claude M. H. Bonfide - CREA-SP 056666-2		Secretaria do Estado de Segurança Pública	
Descrição: PLANTA BADA PAVIMENTO TÉRREO / CLAUDO DE ÁREAS/QUADROS E REVESTIMENTOS			Data: 02/07
Escala: 1:100	Data: 10/03/2008	Projeto: SSP-05_en_002_a.dwg	Arquitetônico

Anexo 3- Planta Baixa -Pavimento Superior



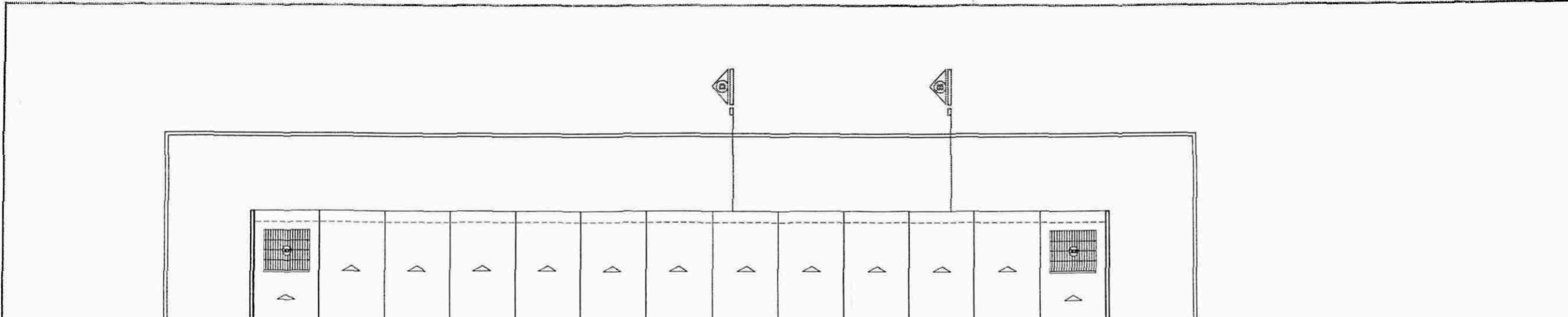


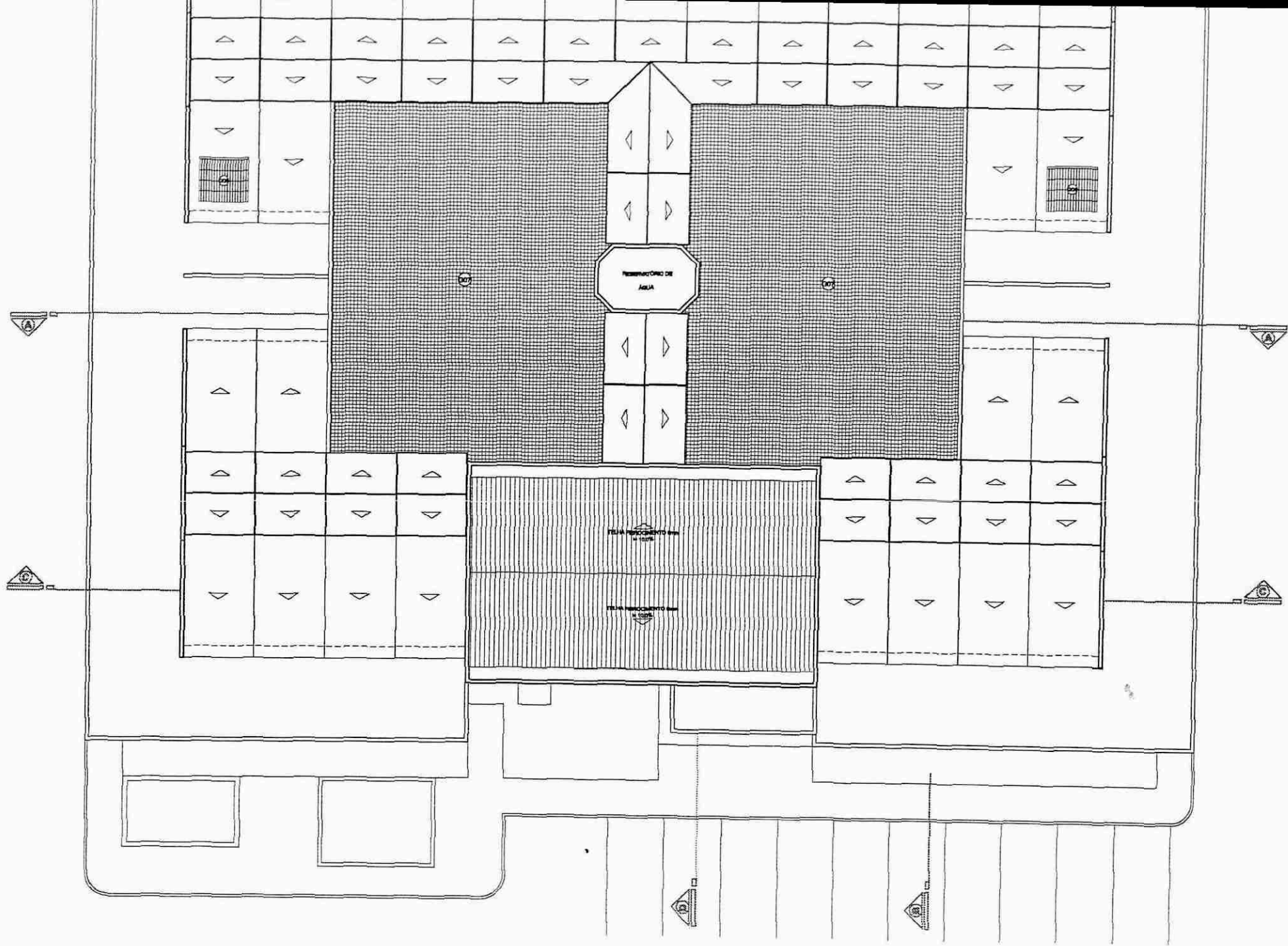
PLANTA BAIXA PAV. SUPERIOR GALERIA AGENTES  
 A= 384,94 m<sup>2</sup>  
 ESC 1:100

- CONCRETO ARMADO
- ALVENARIA EM TUDO SECO
- PAREDE EM BRUNO-GR
- ALVENARIA EM BLOCO DE CONCRETO DE VIDUAÇÃO - 1:100
- ALVENARIA EM BLOCO ESTRUTURAL BRANQUEADO - 1:100

OBSERVAÇÕES	
	SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA Rua General Artur, nº 100 - Centro - SP
	PROSUL - PROJETO, SUPERVISÃO E EXECUÇÃO Rua Casimiro Nabuco, 116 - Jardim Liberal - Centro - SP Fone: (11) 3547-1111 - e-mail: prosul@prosul.com.br
PROJETO: CENTRO DE DETENÇÃO PROVISÓRIA DE SÃO PEDRO CONDIÇÃO DE 200 VAGAS	
ARQUITETO: Roberto Mello	PROJETADE: 2008/08
Aut. Oriberto M. H. Bortoloti - CREA-SP 066666-2	
PLANTA BAIXA PAV. SUPERIOR GALERIA AGENTES	
ESCALA: 1:100	DATA: 10/01/2008
PROJETADE: 022_05_003_01.dwg	ARQUITETO: 022_05_003_01.dwg

Anexo 4 - Planta Baixa - Cobertura



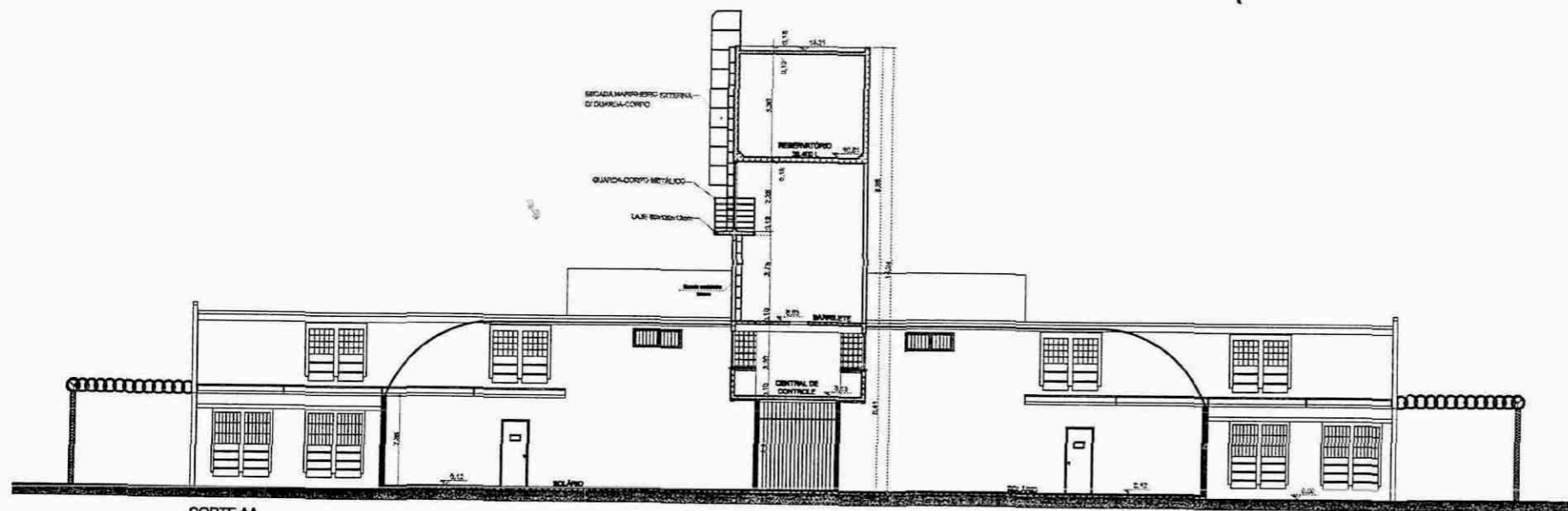


PLANTA BAIXA COBERTURA  
ESC 1:100

OBSERVAÇÕES	
	SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA Rua Estrela Junco, nº 30 - Centro - São Paulo - SP
	PROSUL - PROJETOS, SUPERVISÃO E PLANEJAMENTO Rua Ruy Barbosa, 118 - Jardim Lúcia - São Paulo - SP Fone/Fax (11) 2347923 - www.prosul.com.br
PROJETO: CENTRO DE DETENÇÃO PROVISÓRIA DE SÃO PEDRO CAPACIDADE 300 (VAGAS)	
RESPONSÁVEL TÉCNICO PROJETO: CLAYTON	
Arqº Claudio M. H. Borlida - CREA-SP 086666-2	
TÍTULO: PLANTA BAIXA - COBERTURA	
ESCALA: 1:100	DATA: 12/03/2008
PROJETO: 029_00_004_004	ARQUIVO: 029_00_004_004

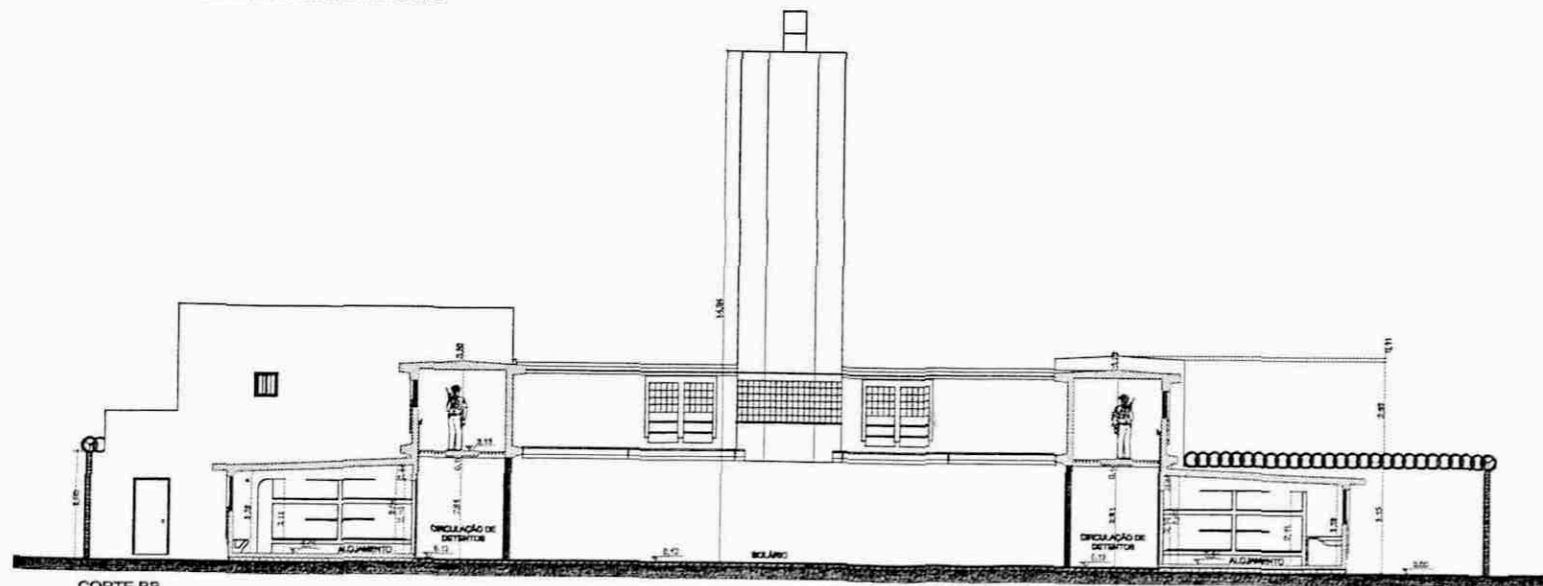


Anexo 5 - Corte Lateral



CORTE AA  
ESC 1:100



- CONCRETO ARMADO
- ALVENARIA EM BLOCO DE CONCRETO DE VEDAÇÃO - e: 14cm
- ALVENARIA EM BLOCO ESTRUTURAL BRANQUEADO - e: 14cm



CORTE BB  
ESC 1:100

- CONCRETO ARMADO
- PAREDE EM BRANQUEADO
- ALVENARIA EM BLOCO DE CONCRETO DE VEDAÇÃO - e: 14cm

- ALVENARIA EM BLOCO DE CONCRETO DE VIBRAÇÃO - e: 14cm
- ALVENARIA EM BLOCO METALÚRGICO OSMITRADO - e: 19cm

OBSERVAÇÕES	VISTO	DATA
	<b>SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA DO CIDADÃO</b> <small>Rua Estrela Júpiter, nº 80 - Centro - Florianópolis - SC</small>	
	<b>PROSUL - PROJETOS, SUPERVISÃO E PLANEJAMENTO LTDA</b> <small>Rua Bárbara Marinho, 440 - Edifício Liberal Center - 7º andar - Centro - Florianópolis - SC        Fone/fax: (48) 324-7808 - www.prosul.com.br - Email: prosul@prosul.com</small>	
<small>OBJETO</small> <b>CENTRO DE DETENÇÃO PROVISÓRIA DE SÃO PEDRO ALCANTARA</b> <small>CAPACIDADE 300 LUGARS</small>		
<small>RESPONSÁVEL TÉCNICO RESPONSÁVEL</small> <b>Arq.ª Claudete M. H. Bordada - CREA -SC 060555-2</b>	<small>CLIENTE</small> <b>Secretaria de Estado de Segurança Pública</b>	
<small>CONTÉUDO</small> <b>CORTE AA e CORTE BB</b>	<small>PROPOSTA</small> <span style="font-size: 2em; font-weight: bold;">05/07</span>	
<small>ESCALA</small> <b>1:100</b>	<small>DATA</small> <b>10/03/2006</b>	<small>ARQUIVO</small> <b>020_05_005_006_01.dwg</b>
		<small>TIPO DE PROJETO</small> <b>ARQUITETÔNICO</b>

Anexo 6 - Localização do Presídio de Segurança Máxima de São Pedro de Alcântara

